

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reajuste de 1% em 2024 desagrada servidores - BRASÍLIA - DF 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Minirreforma libera doação em Pix para candidatos 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ninguém fala seriamente em cortar gastos no Brasil (Artigo) 5

VALOR ONLINE - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Principal aposta do governo, Carf quer julgar até R\$ 800 bi em 2024 6

PORTAL UOL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai depender do Congresso para pagar Bolsa Família e Previdência em 2024 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aportar ativos para o país voltar a crescer - RAUL VELLOSO 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Crise dos municípios preocupa Planalto 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Relator do projeto de apostas on-line discute redução da taxa 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Despesa previdenciária pode estar subestimada 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Uma verdadeira reforma administrativa. (Editorial) 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste a servidor seria "imprudente", diz governo 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sob pressão, governo pauta reforma 18

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Tesouraafiada 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula encaminha reforma ministerial 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamentares falam em "abrir discussão" sobre administrativa 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação vai atingir fundos imobiliários e do agronegócio 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária redistribui receitas e favorece igualdade (Editorial) 24

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL AMAZÔNIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca de Manaus procura novas alternativas 26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O debate sobre a revisão da reforma previdenciária 28

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desigualdade e democracia (Artigo) 31

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Economistas elevam previsão do PIB 33

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Mercado projeta déficit de 0,71% do PIB em 2024 (Editorial) 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Novo PAC precisa conciliar investimento com meta fiscal 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Apesar do ruído fiscal, expectativas para o déficit primário melhoram 38

Reajuste de 1% em 2024 desagrada servidores - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Servidores federais não estão nem um pouco contentes com a perspectiva de reajuste salarial de 1% previsto pelo governo federal no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, enviado ao Congresso. O valor reservado é de R\$ 1,5 bilhão. Ontem, o Anffa Sindical aprovou um indicativo de operação-padrão na fiscalização agropecuária, e anunciou que vai propor a medida para todas as categorias de Estado. A ideia é reduzir o ritmo de serviços públicos, a passo de tartaruga, em protesto.

Os sindicatos reclamam da falta de abertura do governo à negociação, apesar da criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Algumas categorias apontam déficits salariais acumulados de até 30%. A ideia, agora, é lotar a capital de servidores no próximo dia 16, em plenária nacional do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado) e do Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais). O Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais da **Receita Federal**, alerta que o orçamento reservado não atende nem às demandas das menores carreiras. Líderes sindicalistas não descartam a possibilidade de greve.

Após a plenária, a expectativa é de que a mobilização de sindicatos contra a decisão do governo seja intensa, haja vista o curto prazo para a aprovação da PLOA pelo Legislativo.

Procurado pela coluna, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos não respondeu até o fechamento desta edição.

Nunes deseja nome de Bolsonaro em chapa.

Ricardo Nunes, prefeito de São Paulo, tenta distanciar sua imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas quer deixá-lo indicar o vice na chapa à reeleição. A ideia é engrossar o caldo do voto anti-Lula frente a Guilherme Boulos (PSol), apoiado pelo PT. Nunes espera ainda o endosso do governador, Tarcísio de Freitas, e dos emedebistas Michel **Temer** e Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento.

.mas o eleitor topa?

A jogada, porém, é arriscada. Datafolha da semana passada mostra que 68% dos eleitores paulistanos rejeitam votar em um indicado por Bolsonaro, que insiste em escolher o nome.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, defende a opção mais moderada pela ex-prefeita (e ex-petista) Marta Suplicy, rejeitada pelo núcleo bolsonarista.

PT quer Belo Horizonte

O deputado Rogério Correia (PT-MG) foi escolhido por unanimidade pelo partido como pré-candidato à prefeitura de Belo Horizonte, e já tem até programa de governo. A cidade deve ser a maior do Sudeste disputada diretamente por um petista. À coluna, o parlamentar avaliou que sua atuação na CPMI do 8 de janeiro "demonstra toda a capacidade que a gente tem de enfrentar a política neofascista do bolsonarismo". Ele disputará com Bruno Engler (PL).

Se não tem comissão, vamos à meditação

Apesar da convocação de Arthur Lira (PP-AL) para deputados estarem presentes ontem na Câmara, a movimentação em comissões foi baixíssima. O quórum foi insuficiente para algumas delas, e pelo menos três foram canceladas (foto). Com tanto espaço, sobrou plenário para "prática de meditação controlada" e para "ensaio do coral da Câmara dos Deputados".

Estreia do Gripen no Sete de Setembro

Os mais novos caças da Força Aérea, os F-39 Gripen, participarão pela primeira vez de um desfile de 7 de setembro. No ano passado, a FAB optou por deixar os modelos de fora, que ainda estavam na fase de ensaios de voo. Os primeiros jatos chegaram em abril de 2022, mas entraram em operação apenas em dezembro. Eles desfilarão no ar ao lado de outras aeronaves, como o gigante KC-130 Hércules.

*Colaboraram Renato Souza e Evandro Éboli

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/05/all.pdf>

Minirreforma libera doação em Pix para candidatos

LEVY TELES

O relator da minirreforma eleitoral, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), apresentou ontem uma nova versão da proposta, que inclui permissão para doações por meio de transferências Pix de "quaisquer valores" para os candidatos nas eleições municipais do próximo ano.

O texto a que o Estadão teve acesso não impõe limites para os repasses. No entanto, ao ser questionado pela reportagem, o relator afirmou que a doação por esse mecanismo será limitada a 10% do rendimento bruto declarado pelo eleitor à **Receita Federal**.

"Autorizar a movimentação de valores via Pix, para doações de quaisquer valores, mesmo quando a chave não for o CPF. Determinar aos bancos que informem à Justiça Eleitoral e aos partidos o CPF do doador", diz o documento apresentado pelo relator.

O texto também permite o compartilhamento de material de propaganda de candidatos de partidos distintos, o que hoje é vedado. Na propaganda na internet, não será obrigatório informar os nomes do vice, da coligação e do partido.

PRESSA. A previsão é de que o projeto seja votado até amanhã pela Câmara. Depois, seguirá para o Senado. As alterações na lei eleitoral devem ser feitas até um ano antes do pleito para que possam valer já nas eleições de 2024.

O texto em discussão está sendo elaborado a toque de caixa e a portas fechadas, numa semana esvaziada em Brasília por causa do feriado de 7 de Setembro, o que tem provocado críticas de organizações da sociedade civil.

Ainda segundo a proposta, o candidato pode fazer propaganda no dia da eleição nas redes sociais, descaracterizando, assim, a prática como boca de urna. Não será permitido, porém, o impulsionamento das publicações. "Hoje, no dia da eleição, o candidato nem sequer pode dizer que é candidato.

Acho isso anacrônico, analógico", disse o relator.

Como mostrou o Estadão, a minirreforma eleitoral também vai permitir que o candidato use dinheiro do

chamado fundo eleitoral para cobrir gastos com creches para filhos durante a campanha. A ideia surgiu porque muitas candidatas acabam desistindo de disputar a eleição por não terem onde deixar seus filhos pequenos.

O valor previsto para o fundo eleitoral no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 - enviado ao Congresso pelo Executivo na semana passada - é de R\$ 939,4 milhões. O montante é bem abaixo do que foi reservado no ano passado (R\$ 4,9 bilhões), e líderes partidários já pressionam por um valor próximo dos R\$ 5,5 bilhões.

FRAUDES. O relator pretende também que a minirreforma crie o regramento em lei para caracterizar fraudes em pleitos femininos, como no caso de candidatas "laranjas", e pretende ampliar o foco na tipificação de crime de violência política contra a mulher. A minirreforma quer, ainda, restabelecer o modelo de cálculo para as sobras partidárias.

Essas sobras são vagas a preencher após a definição de candidatos eleitos pelo quociente partidário no Poder Legislativo.

Calendário

O processo eleitoral pode ser alterado até um ano antes do pleito, o que exige pressa dos parlamentares

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ninguém fala seriamente em cortar gastos no Brasil (Artigo)

Raquel Landim Jornalista, é âncora da CNN Brasil

Nas vésperas da entrega do Orçamento de 2024 no Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi bombardeado com "fogo amigo" para desistir da meta de déficit fiscal zero.

Capitaneada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, a ala política do governo solicitava mais espaço para gastar com obras. E partia de um argumento cínico: já que o mercado não acredita mesmo nessa meta, por que cumpri-la?

O Orçamento de 2024 é pouco crível e faz lembrar os tempos em que as leis de diretrizes orçamentárias eram comumente chamadas de peças de ficção. Para a conta fechar, o governo precisa de uma arrecadação extra de R\$ 168 bilhões.

Só com a nova lei do **Carf**, que mudou o voto de Minerva do conselho de disputas tributárias a favor da **Receita Federal**, o governo projeta R\$ 97,8 bilhões a mais - uma estimativa nove vezes mais otimista que a de alguns bancos.

O lobby a favor do abandono da meta chegou até o presidente Lula da Silva. Haddad venceu mais uma e sua equipe diz que confia nas medidas e que o debate de mudança de meta está interdito. Parece mais estratégia de sobrevivência contra o fogo amigo.

O que está interdito mesmo no Brasil é o debate sobre redução de gastos. Não vemos nenhuma medida efetiva para isso nos Ministérios da Fazenda ou do Planejamento.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, é que, de vez em quando, levanta a bandeira da reforma administrativa.

Ganhou algum apoio de bancadas representativas, mas, por enquanto, não passa de estratégia diversionista para quando Haddad faz apelos pela tributação dos mais ricos.

A reforma administrativa se tornou o escudo perfeito para Lira dizer não ao titular da Fazenda.

Haddad quer taxar os fundos exclusivos e as offshores e espera arrecadar R\$ 13,3 bilhões e R\$ 7 bilhões a mais, respectivamente. Só que isso não agrada aos

mais ricos e aos congressistas. No salão verde, alguns chegam a comparar as medidas à taxação de grandes fortunas e seus efeitos deletérios de fuga de capitais - o que, obviamente, é um exagero.

O fato é que a reforma administrativa não interessa nem ao governo petista, que é apoiado pelos servidores, e nem ao Centrão, que quer fazer mais e mais indicações para a máquina pública.

Os dois interesses alinhados fulminam o debate sobre corte de gastos, o que deixa todo o ajuste para ser feito via arrecadação. Enquanto isso, o Brasil caminha na torcida para que o agronegócio ou as forças divinas impulsionem mais o **PIB** e salvem as previsões irrealistas de meta fiscal. Se Deus não ajudar, paciência.

Raquel Landim Jornalista, é âncora da CNN Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Principal aposta do governo, Carf quer julgar até R\$ 800 bi em 2024

Por **Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon - De Brasília**

05/09/2023 05h03 Atualizado há uma hora

O presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, Carlos Higino, afirmou em entrevista exclusiva ao Valor que o órgão tem como meta julgar entre R\$ 500 bilhões e R\$ 800 bilhões entre o segundo semestre de 2023 e 2024, ano no qual o governo quer zerar o déficit primário e tem no **Carf** sua principal aposta para elevar a arrecadação com o fim do voto de desempate obrigatório pró-contribuinte.

Auditor-fiscal da **Receita Federal**, Higino disse que os julgamentos do **Carf** geram, na média histórica, uma arrecadação de 10% aos cofres do Tesouro Nacional. Assim, para cumprir a meta de arrecadar os R\$ 54,7 bilhões que quer o Ministério da Fazenda, o órgão precisaria julgar R\$ 540 bilhões no próximo ano, o que está abaixo de suas projeções - hoje, há R\$ 1,1 trilhão em estoque no órgão recursal do Fisco. "O cálculo é conservador", avaliou o presidente.

Segundo Higino, indicado pelo ministro Fernando Haddad à presidência do órgão no início do ano, o contribuinte terá um maior incentivo ao pagamento caso condenado por voto de qualidade no **Carf**, já que ficará isento de pagar juros e multa, o que naturalmente elevaria a receita da União. "Os contribuintes só irão à Justiça [se condenados por voto de desempate] se tiverem avaliação de probabilidade muito grande de vitória. Do contrário, o custo é muito elevado", apostou.

Com a sanção da nova lei no horizonte, Higino aposta que o **Carf** voltará à sua normalidade e, assim, haverá um esforço para julgar processos bilionários, que já pode começar em outubro deste ano. Apesar de ser a principal aposta do Ministério da Fazenda no rol de medidas concebidas para elevar a receita e cumprir a meta de déficit zero, o presidente do **Carf** negou que o órgão terá viés arrecadatório.

"O objetivo, agora, é dar celeridade nos julgamentos. A expectativa de arrecadação é com base histórica de estudos", afirmou. Um dos receios dos tributaristas com a ênfase dada pela Fazenda ao **Carf** era que o órgão deixasse de lado o viés técnico e passasse a julgar pensando na arrecadação.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: O **Carf** está preparado para retomar os julgamentos?

Carlos Higino: O **Carf** nunca parou. O que aconteceu foi que uma série de regras permitiam a contribuintes e à PGFN a retirada dos processos de pauta. No geral, na época da vigência da MP, as partes puderam retirar processos de pauta. A gente continuou julgando, mas os processos de maior valor foram sendo adiados. São os casos em que as grandes controvérsias jurídicas mais aparecem. Isso fez com que a gente não tivesse um aumento no número de processos, mas, ao mesmo tempo, o valor fosse crescendo. Começando com R\$ 1 trilhão no começo do ano e agora estamos com R\$ 1,1 trilhão.

Valor: Há algum plano para julgar agora os processos de maior valor?

Higino: Há uma regra que não foi alterada e esses processos estão dentro de uma ordem de prioridade com alguns outros, geralmente que têm denúncia criminal, envolvem pessoas com mais de 60 anos, portadores de deficiência. Há um rol de prioridades.

Valor: Qual sua avaliação sobre o texto do PL do **Carf** aprovado no Senado? É preciso algum veto?

Higino: Na parte relativa ao **Carf**, acho que não [cabe veto]. O empate pró-contribuinte só existia no Brasil, não havia nada parecido. Agora, o voto de qualidade vai eximir o contribuinte de pagar multa e juros. Em vários processos aqui, valor de multa e juros é superior ao valor original do tributo. A lei cria um prazo após julgamento para pagamento, e assim teremos grande incentivo para disputa tributária ser resolvida no contencioso administrativo fiscal, sem ir ao Judiciário. Os contribuintes só irão à Justiça se tiverem avaliação de probabilidade muito grande de vitória. Do contrário, o custo é muito elevado.

Valor: É possível arrecadar em 2024 os R\$ 54 bilhões que o ministro da Fazenda pretende com a medida?

Higino: Não temos meta de arrecadação no **Carf**. Existe um estoque gigantesco, que não existe em países nenhum do mundo, que corresponde a 10% do **PIB**, e

leva seis anos e meio para resolver. Com a normalidade, R\$ 54 bilhões de arrecadação é um cálculo conservador, já que há R\$ 1 trilhão em estoque e a nova regra favorece o pagamento.

Valor: O senhor aponta que não há meta de arrecadação, mas advogados tributaristas atrelam isso às falas da Fazenda sobre a necessidade de zerar o déficit e ao colocar o **Carf** como principal aposta.

Higino: Não, de maneira nenhuma. O **Carf** não tem viés arrecadatório. O objetivo, agora, é dar celeridade nos julgamentos. A expectativa de arrecadação é com base histórica de estudos.

Valor: Quanto o **Carf** julgava por ano antes, quando vigorava o voto de qualidade?

Higino: É variado. No primeiro semestre deste ano, com todo o cenário, foram R\$ 182 bilhões. Em 2022, foram R\$ 138 bilhões no total, dos quais R\$ 25 bilhões por empate. Antes da pandemia, o **Carf** julgou R\$ 367 bilhões em 2018, R\$ 380 bilhões em R\$ 2019 e, quando entramos em 2020, houve atipicidades, com a pandemia. Além disso, teve movimento dos auditores e a regra de julgamento virtual para valores baixos. Com um ambiente estável, a meta de julgar algo que permita chegar a R\$ 50 bilhões de arrecadação é bem crível.

Valor: Os R\$ 180 bilhões consideram só decisões da Câmara Superior (última instância do **Carf**)?

Higino: Tudo.

Valor: Mas ainda pode haver recurso dos casos da Turma Baixa para a Câmara Superior.

Higino: Não necessariamente. Para recorrer à Superior, precisa ter divergência entre as turmas sobre o assunto.

Vamos ver tudo que pode ser feito para acelerar os julgamentos e o **Carf** voltar à normalidade"

Valor: Mas os casos decididos por voto de qualidade sempre sobem [para a Câmara Superior].

Higino: Os processos de maior valor têm defesa mais qualificada, mas há processos de maior valor que têm teses já definidas. E sem tese divergente não sobe para a Câmara Superior.

Valor: Há previsão de mudar o regimento do **Carf**?

Higino: Avaliamos a possibilidade para modernização. Vamos ver tudo que pode ser feito para acelerar os julgamentos e o **Carf** voltar à normalidade. Hoje, o

prazo na Câmara Superior é bom, em média um ano. Mas, nas turmas ordinárias, gira em torno de três anos, está muito fora do razoável e completamente fora dos padrões internacionais.

Valor: Em 2024, em cenário de normalidade com a nova lei, sem processos sendo retirados de pauta e sem greve dos auditores, quanto é possível julgar?

Higino: Acho que conseguimos julgar, diria que com tranquilidade, algo em torno de R\$ 500 [bilhões] a R\$ 800 bilhões. É possível e desejável, já a partir dos últimos meses deste ano e ao longo de 2024.

Valor: Julgando R\$ 800 bilhões, a estimativa de arrecadar R\$ 54,7 bilhões não parece baixa?

Higino: O cálculo é conservador. Há estudos do Tribunal de Contas da União (TCU) decorrente de auditoria feita aqui entre 2013 e 2018 no qual foi verificado que, do que era julgado, cerca de 10% entravam [nos cofres da União]. Por isso, digo que os números foram conservadores. Em tese, fazendo conta bem genérica, para ter os R\$ 54 bilhões precisamos julgar R\$ 540 bilhões. Se a gente começar a julgar agora, os processos levam um tempo às vezes 30 a 45 dias para notificação do contribuinte, que têm 90 dias para aderir ao parcelamento, com o dinheiro ingressando no caixa em janeiro. Mudou a regra, então talvez o valor julgado tenha a exclusão de multa e juros. Mas, por outro lado, vai haver grande incentivo para pagar. Assim, o percentual [arrecadatório] pode aumentar. Há casos de alto valor, julgados por maioria ou unanimidade, nos quais não vamos aplicar essa regra [de excluir multa e juros], já que 80% dos valores no **Carf** resultam em decisão por maioria ou unanimidade.

Valor: De acordo com os dados, o **Carf** não julga tanto quanto o senhor quer agora.

Higino: Não julgava, mas agora temos uma concentração alta de grandes processos. Por isso é factível.

Valor: Então a meta agora é concentrar os julgamentos nos casos de maior valor?

Higino: Já é uma regra que existia e que não foi utilizada porque as partes tiveram o direito de pedir a retirada dos processos de pauta. Volta ao que a regra já previa. Não haverá nenhuma mudança.

Valor: O ministro Haddad diz que uma única empresa tem R\$ 100 bilhões no **Carf**, mas não diz qual. É verdade?

Higino: Não sei qual é e, se soubesse, não diria.

Valor: Mas existe uma empresa com R\$ 100 bilhões no **Carf**?

Higino: Não sei se tem R\$ 100 bilhões.

Valor: Pelas informações de companhias abertas, nenhuma grande empresa teria R\$ 100 bilhões.

Higino: Não sei nem posso dizer. Mas que há empresas com valor muito grande, há. Se houver [alguma com R\$ 100 bilhões], vocês já sabem e imaginam quais sejam.

Valor: Consultamos dados das maiores empresas abertas e nenhuma delas tem R\$ 100 bilhões.

Higino: Não sei se ele fala de [somente] uma empresa.

Valor: Sim, ele diz uma empresa.

Higino: Não vi essa fala dele.

Valor: Nenhuma grande empresa tem R\$ 100 bilhões no **Carf** segundo os documentos da CVM.

Higino: Talvez ele [Haddad] se refira ao contencioso somado no **Carf** e na Receita.

Valor: Mas para o senhor é factível uma única empresa ter R\$ 100 bilhões no **Carf**?

Higino: O que eu posso dizer é que há concentração em algumas empresas. Quase metade desse R\$ 1,1 trilhão está em 2 mil processos. Se a gente julgar 2 mil processos, é praticamente todo o montante.

Valor: Há preocupação com novas greves de auditores fiscais, que impactaram o **Carf** no passado?

Higino: A gente dava isso por resolvido com o decreto de regulamentação do bônus, mas parece que há questões colocadas. Espero que a gente chegue a uma resolução, pois é um tema que vem há bastante tempo e precisa ser resolvido.

Valor: Mas pode atrapalhar os julgamentos?

Higino: Se houver greve como no passado, e os conselheiros não participarem, pode. Claramente existe essa possibilidade caso os conselheiros entrem em greve. Agora, minha expectativa é que isso não ocorra.

Valor: Mas o senhor só paralisaria os julgamentos se todos entrassem?

Higino: Tendo quórum, mantenho [as sessões]. Mas a

experiência do passado é que os auditores, quando entram, entram em bloco e derrubam o quórum, aí não tem como.

Valor: O governo espera uma redução na litigiosidade, com a **reforma tributária**. O senhor concorda?

Higino: Como um todo, um dos grandes objetivos é simplificação, e isso obviamente pode reduzir o contencioso. Mas às vezes, quando há mudança de aplicação dos **tributos**, no curto prazo surgem novas matérias e, assim, novas teses até que se consolidem. Pode haver pequeno aumento [na litigiosidade] quando for implementada a reforma, mas no médio e longo prazo, um dos grandes objetivos é reduzir.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Principal aposta do governo, **Carf** quer julgar até R\$ 800 bi em 2024

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/05/principa-l-aposta-do-governo-carf-quer-julgar-ate-r-800-bi-em-2024.ghtml>

Governo vai depender do Congresso para pagar Bolsa Família e Previdência em 2024

4.set.2023 às 23h15

A execução do Orçamento de 2024 deve ser um teste de fogo para a articulação política do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vai depender do Congresso Nacional para aprovar créditos essenciais para destravar despesas com o Bolsa Família e a **Previdência Social**.

O desafio se soma à necessidade de obter apoio dos congressistas para avançar no amplo pacote de receitas extras elaborado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Ao todo, o governo precisará do Legislativo para avalizar até R\$ 318 bilhões contabilizados na peça orçamentária, entre fontes de arrecadação e créditos suplementares para atender o novo arcabouço fiscal ou a chamada regra de ouro do Orçamento -que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes, como os benefícios previdenciários.

Técnicos do governo admitem que a elevada dependência dessas autorizações especiais dará ao Congresso um enorme poder de barganha nas articulações.

Entre 2019 e 2021, o Executivo precisou recorrer ao crédito da regra de ouro para liberar gastos financiados diretamente com títulos da dívida. Para isso, enfrentou duras negociações envolvendo pedidos de emendas e verbas.

O atual governo já tem tido dificuldade para consolidar uma base de apoio no Legislativo. Na tentativa de minimizar esse problema, o presidente Lula negocia o embarque oficial de PP e Republicanos, siglas do centrão, no primeiro escalão do governo.

Ainda assim, a aprovação das "fatias do Orçamento", como os créditos vêm sendo chamados nos bastidores, não deve ser uma tarefa fácil, segundo avaliação de membros da equipe econômica e de técnicos experientes do Congresso.

Por outro lado, o governo estrategicamente condicionou despesas que são difíceis de o Congresso inviabilizar, como são os casos dos benefícios do Bolsa Família e do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Obstruir os pagamentos dessas transferências

por interesses políticos teria repercussão negativa para os congressistas.

Além das receitas extras, o Executivo precisa aprovar pelo menos dois créditos suplementares em 2024.

Um deles trata das despesas condicionadas do novo arcabouço fiscal, no valor de R\$ 32,4 bilhões. Esse é o espaço que o governo prevê ganhar com a regra que permite incorporar ao limite de despesas a aceleração da **inflação** até o fim deste ano.

O Orçamento foi fechado com uma correção de 3,16% (**inflação** de 12 meses até junho) mais a variação real de 1,7% (70% da alta das receitas, conforme previsto no novo arcabouço). Mas a previsão atual do governo é que o índice de preços acelere a 4,85% até o fim de 2023. A diferença de 1,69 ponto percentual, se confirmada, cria espaço para os gastos extras.

O projeto de lei para abrir oficialmente os créditos em favor das ações só poderá ser enviado no ano que vem, mas o governo Lula já incluiu o valor na proposta de Orçamento apresentada na última quinta-feira (31).

"Em grandes números, chegamos ao seguinte cenário: dos R\$ 32 bilhões, R\$ 21 bilhões foram condicionados no Bolsa [Família] e R\$ 11 bilhões nas demais discricionárias, naquele subconjunto de R\$ 55 bilhões [que incluem ações de custeio da máquina pública]", disse o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, na entrevista coletiva para detalhar os números da proposta na semana passada.

No caso do Bolsa Família, uma fatia de 12,5% do orçamento do programa ficou condicionada ao aval do Congresso. Já nas discricionárias, a parcela corresponde a 20%.

Um segundo crédito, de valor ainda mais significativo (R\$ 200,3 bilhões), precisará da aprovação dos congressistas para evitar o descumprimento da regra de ouro, prevista na Constituição. Ela proíbe o governo de usar recursos de empréstimos, obtidos via emissão de títulos públicos, para custear suas despesas correntes.

A única exceção é quando o Legislativo autoriza um crédito suplementar ou especial com finalidade específica e por maioria absoluta -isto é, com apoio de

257 deputados e 41 senadores.

Quase todo o valor (R\$ 192,5 bilhões) condicionado ao crédito da regra de ouro está ligado a benefícios previdenciários. Na peça orçamentária, o governo disse que a decisão seguiu critérios técnicos, como insuficiência de receitas vinculadas para seu pagamento, despesa com fluxo regular e previsível e concentração do valor em poucas ou uma ação orçamentária.

"A despesa com benefícios previdenciários do RGPS [Regime Geral de **Previdência Social**] foi a que atendeu a todos esses critérios", diz o documento. Segundo o governo, o valor condicionado equivale a quase dois meses de folha de pagamento da Previdência -o que dá tempo para negociar sua aprovação.

Um terceiro crédito, estimado em até R\$ 15 bilhões, é considerado um "bônus" pela equipe econômica e ainda é considerado incerto.

O novo arcabouço fiscal prevê a possibilidade de o governo, apenas em 2024, ampliar o crescimento real das despesas até o teto de 2,5%, caso a arrecadação no ano que vem tenha um desempenho melhor do que o incorporado na regra que baliza a formulação do Orçamento.

Nas estimativas do governo, esse crédito pode chegar a R\$ 15 bilhões, mas sua execução depende não só de um novo aval do Congresso, mas também da existência de receitas suficientes para financiá-lo sem colocar em risco a meta de déficit zero em 2024.

O governo também precisa negociar a aprovação de medidas que vão assegurar, juntas, R\$ 70,7 bilhões em novas receitas no ano que vem -42% do pacote de R\$ 168,5 bilhões que a Fazenda prevê arrecadar no próximo ano para zerar o déficit, como prometeu Haddad.

O valor inclui as MPs (medidas provisórias) que tratam da taxação de fundos exclusivos, usados por super-ricos para manter investimentos no Brasil, da regulamentação do mercado de apostas esportivas e da nova sistemática de tributação federal de benefícios fiscais concedidos por estados no âmbito do ICMS.

Também contempla os projetos de lei que tratam da taxação de rendimentos obtidos com fundos e recursos mantidos em paraísos fiscais (offshores) e do fim do JCP (Juros sobre Capital Próprio), instrumento usado por empresas para remunerar seus acionistas pagando menos **tributos**.

O governo espera arrecadar outros R\$ 97,8 bilhões no

ano que vem com a retomada do poder da Fazenda de desempatar julgamentos de conflitos tributários no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e com novas transações para negociar, com descontos, valores devidos por contribuintes à **Receita Federal** e à PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

O projeto de lei, porém, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e está em fase de sanção pelo presidente da República.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/governo-vai-depender-do-congresso-para-pagar-bolsa-familia-e-previdencia-em-2024.shtml>

Aportar ativos para o país voltar a crescer - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Chama a atenção do analista atento uma tendência fortemente declinante das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) que se vê de 1980 para cá, em boa medida respondendo a idêntico movimento de queda da razão entre o investimento público em infraestrutura e o **PIB**, na presença de investimentos praticamente estagnados, em termos reais, do lado privado nessa mesma área há muito tempo. Assim, resultados que, às vezes, animam no curto prazo podem não significar uma evolução favorável duradoura, enquanto os fatores centrais de causação dos problemas estiverem presentes.

O ponto central é que o crescimento do **PIB** partia de praticamente 9% ao ano quando medido em termos de médias móveis anuais, desde o início dos anos 1980, para chegar a apenas 1% ao ano, no fim de 2022. Chocante, não é? É bom lembrar que nossa taxa de longo prazo até não muito longe era estimada ao redor de 7% ao ano, e esse valor, passados cerca de 40 anos, parece ter desaparecido do mapa de discussões sobre o tema.

Ou seja, quanto menos os governos, que são os principais atores nesse filme, investem em infraestrutura, menos o país cresce economicamente. Por outro lado, para os que desconhecem esse dado, os investimentos privados em infraestrutura estão oscilando ao redor de 1,1% desde meados dos anos 1980, o que mostra que há muito o que mudar na gestão econômica do país para eles se tornarem uma opção real e viável a curto prazo.

O fator que aparece com maior peso na explicação do que está por trás de toda essa complexa situação é a expansão desmedida dos gastos com previdência, especialmente a pública, em todas as esferas de governo.

Isso sem sombra de dúvida reflete a enorme transformação que ocorreu na estrutura do gasto da União, por exemplo, desde 1987 - um ano antes da última grande reforma constitucional -, em decorrência de mudanças relevantes nas prioridades da atuação do nosso setor público, que decidimos pôr em prática, conforme bem mostram os dados relativos à execução financeira da União. Aliás, no tocante a ela, se destaca exatamente o já citado e forte crescimento real dos

gastos em previdência, que passaram de 19,2 para 51,8% do total, dali até 2021, contemplando os gastos tanto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) como os da Previdência pública.

E quando se observam com lupa os dados dos gastos previdenciários de todas as esferas de governo em um período mais curto e recente, ganha grande destaque, em ordem decrescente, o maior crescimento real das despesas dos regimes próprios municipais em primeiro lugar, depois o dos estaduais e o da União, seguindo-se, finalmente, o do **INSS**.

Assim, no conjunto, e sem a adoção das medidas certas, os dirigentes foram simplesmente empurrados a promover a desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, por ser o item mais flexível entre os mais relevantes do restante da pauta. Daí à derrocada do crescimento do **PIB** no mesmo diapasão foi só um passo. Nesses termos, enquanto isso perdurar, poder-se-á esperar tudo menos um desempenho robusto do **PIB**, ainda que aqui e ali apareçam resultados favoráveis, embora pouco duradouros.

Ou seja, embora isso seja pouco reconhecido, foi o domínio de elevados déficits previdenciários na formação dos déficits primários totais nos últimos tempos (e a decorrente acumulação de gigantescos passivos atuariais nesse mesmo processo), que, visto de hoje e olhando para trás, explica o forte crescimento da dívida pública.

Assim, se olharmos para trás, o lado desfavorável dessa estória é que teremos chegado, em 2021, a uma dívida pública consolidada líquida (DCL) de R\$ 5,7 trilhões, por sua vez decorrente, em boa medida, de déficits primários alimentados, sistematicamente, por déficits previdenciários expressivos. Já se olhássemos para a frente, veríamos algo hoje ainda menos percebido, que é um passivo.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Aportar ativos para o país voltar a crescer

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/05/all.pdf>

Crise dos municípios preocupa Planalto

Edla Lula

Um gabinete de crise informal foi instalado, ontem, no 4º andar do Palácio do Planalto, para discutir a situação financeira dos municípios. Diversas prefeituras vêm protestando contra a perda de arrecadação em função de medidas adotadas pelo governo federal e ameaçam com uma mobilização ainda maior, uma espécie de greve.

Participaram da reunião os ministros da Casa Civil, Rui Costa; da Fazenda, Fernando Haddad; das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; da Secretaria Geral, Márcio Macêdo; e do Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias. Também estiveram presentes os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); no Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP). Movimentos negros lançam campanhas para pressionar Lula por nomeação ao STF/STF do MST cancela reuniões e audiências públicas, após decisão de Barroso Os prefeitos pressionam o Congresso pela aprovação de matérias que implicam aumento de gastos para o Executivo federal. Uma das medidas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 25/2022, que aumenta o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1,5%.

A aprovação dessa PEC deve gerar um impacto de R\$ 11 bilhões por ano nos repasses da União aos municípios. A matéria, que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, tem a simpatia do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). "Os municípios sentem-se prejudicados na repartição desse bolo. Essa pode ser uma alternativa", disse Lira, na semana passada, em encontro da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), atualmente, 51% dos municípios estão no vermelho, e os repasses só diminuem. Prefeituras de pelo menos 16 estados promoveram protestos, na semana passada, fechando as portas por um dia. "O cenário é crítico e deve se agravar com decisões recentes, como o novo critério de atualização do salário mínimo e a decisão do Supremo Tribunal Federal que torna obrigatória a oferta de vagas em creches, com impacto de mais de R\$ 100 bilhões aos municípios", disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, em nota.

Além da PEC 25, os prefeitos querem a aprovação da

redução da alíquota patronal do **INSS** para 8%, em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE); a recomposição do ICMS após desonerações praticadas no ano passado no preço dos combustíveis (PLP 94/2023), entre outras matérias que implicam elevação de gastos para o governo federal.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Crise dos municípios faz Planalto realizar reunião ministerial

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/05/all.pdf>

Relator do projeto de apostas on-line discute redução da taxa

VICTORIA ABEL

O relator do projeto de lei que vai regulamentar as apostas esportivas on-line, deputado federal Adolfo Viana (PSDB-BA), quer divulgar o texto até amanhã, mas ainda articula mudanças com os líderes partidários.

Uma das alterações seria a redução da taxa a ser cobrada das empresas. As chamadas Bets pedem um percentual entre 8% e 10%. O governo quer 18%. Viana estuda um meio-termo.

O relator da proposta na Câmara dos Deputados considera colocar no PL uma alíquota progressiva, iniciando com um percentual mais baixo nos primeiros anos e sendo revisada pelo governo, em prazo a ser definido. Viana destacou que a cobrança precisa ser factível para atrair o maior número de Bets ao mercado regular.

- A medida provisória do governo é um ponto de partida, mas a gente precisa ouvir o setor. O intuito é formalizar 100% dos sites em operação no Brasil. Precisamos encontrar uma redação final que possibilite a regulamentação de todos. O setor pede uma diminuição da taxa. Vamos conversar para tentar chegar em um número que seja possível. Se a gente tributar demais, a informalidade irá prevalecer - afirmou o deputado ao GLOBO.

DIVISÃO DOS RECURSOS A MP editada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê alíquota de 18% sobre a receita bruta das empresas por cada evento. Um evento é um conjunto de apostas feitas a cada rodada do campeonato brasileiro, por exemplo.

A MP irá caducar esta semana e ficarão valendo apenas as regras do PL.

- Dá para encontrar uma forma de ir subindo a tarifa ano a ano, até chegar num valor que atenda ao governo - disse Viana.

Em outro trecho, a MP do governo ainda estabelece uma cobrança de 30% de Imposto de Renda Pessoa Física sobre prêmios ganhos.

Viana lembra, porém, que uma pessoa pode ganhar

diferentes prêmios em um mês, ainda que de baixo valor. Ele sugere taxar o total ganho em um determinado período, seja de 30 ou 90 dias.

O deputado ressalta que essa taxação se assemelha à cobrada em prêmios de loteria, "mas não se ganha nas apostas de lotéricas todo dia".

O governo ainda havia estabelecido uma outorga inicial, de R\$ 30 milhões, como uma taxa de autorização para que as empresas operem no país. Viana, que deve se reunir hoje com líderes dos partidos, avalia ainda que essa quantia pode ser redefinida no projeto, assim como a divisão de arrecadação para ministérios e pastas.

O texto atual prevê que o dinheiro arrecadado seja dividido da seguinte forma: 10% serão destinados à **Seguridade Social**; 3%, ao Ministério do Esporte; 2,55% irão para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNRP); 1,63% ficarão para os clubes esportivos; e 0,82% será destinado à educação básica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Despesa previdenciária pode estar subestimada

A despesa com benefícios previdenciários para 2024 prevista pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pode estar subestimada em pelo menos R\$ 16 bilhões. O cálculo é do economista e pesquisador associado do Insper Marcos Mendes. Ele diz que chama a atenção o baixo valor atribuído ao gasto com benefícios previdenciários. A peça orçamentária prevê R\$ 913,9 bilhões com essa rubrica, um crescimento nominal de apenas 5,4% em relação ao programado para este ano.

Mendes cita que são três os fatores que indicariam que a despesa previdenciária pode estar subestimada no documento: o reajuste do salário mínimo previsto no Orçamento é de 7,65%, sendo que metade dos benefícios previdenciários equivale ao salário mínimo e serão reajustados por essa regra; os demais benefícios serão corrigidos pela **inflação**, que também estaria abaixo da previsão de analistas; e a fila significativa de benefícios represados a pagar, que o governo quer diminuir.

"Logo, a despesa com benefícios previdenciários dificilmente ficará nos R\$ 914 bilhões projetados, e provavelmente superará os R\$ 930 bilhões", diz o economista. Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento recomendou procurar o Ministério da **Previdência Social**, que, por sua vez, não retornou, apesar de questionado duas vezes.

Na mensagem presidencial encaminhada junto ao PLOA, o governo diz que, no sentido contrário ao aumento de despesas previdenciárias, o **INSS** adotou algumas medidas atenuantes, como melhorias nos procedimentos de recuperação de valores depositados após o óbito, no processo de estorno de valores não recebidos pelos beneficiários e fortalecimento das ações de prevenção de irregularidades. O impacto dessas medidas, contudo, não foi detalhado. (JS)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187652?page=1§ion=1>

Uma verdadeira reforma administrativa. (Editorial)

Apromessa do governo Lula de zerar o déficit primário em 2024 trouxe novamente à luz o problema do financiamento dos gastos públicos. Ao enviar a proposta de Orçamento ao Legislativo na semana passada, o Executivo apresentou uma lista de medidas para arrecadar R\$ 168 bilhões, incluindo propostas que ainda dependem da aprovação do Congresso para entrar em vigor.

A essa pressão, o presidente da Câmara, Arthur Lira, respondeu com uma cobrança. O deputado passou a exigir publicamente do governo um esforço pela aprovação da reforma administrativa que tramita na Casa - a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. De forma coordenada, 23 frentes parlamentares do Congresso manifestaram apoio à proposta, entre elas as que representam o comércio, serviços e agronegócio.

É raro que se diga, mas tanto o governo quanto a Câmara têm alguma dose de razão. Diante de um déficit estrutural no Orçamento, é evidente que o Executivo federal precisa buscar novas receitas.

Da mesma forma, cabe ao Congresso aprovar o Orçamento, e todos sabem que os servidores representam boa parte das despesas da União.

Problemas complexos, no entanto, requerem soluções complexas, bem articuladas.

Reportagens que expõem os privilégios do funcionalismo escandalizam trabalhadores com rendimentos estagnados há anos e corroídos pela **inflação**.

Aos altos salários acumulados pelos **servidores públicos**, somam-se muitas vezes penúrias, bons planos de saúde, aposentadorias generosas e a garantia da estabilidade.

Há, no entanto, certa incompreensão sobre as carreiras de Estado. As enormes desigualdades da sociedade brasileira refletem-se, também, no setor público. A elite do funcionalismo, que consegue driblar o teto salarial de R\$ 41,6 mil, representa um universo de cerca de 25,3 mil pessoas, segundo o Centro de Liderança Pública (CLP).

Uma verdadeira reforma administrativa, por óbvio,

deveria enfrentar essas regalias. Mas o fato é que a PEC 32/2020 não resvala nesses aspectos. Ela trata apenas das carreiras do Executivo, enquanto os salários mais elevados são pagos a juizes, procuradores e promotores.

Já o projeto de lei que combate os supersalários, já aprovado na Câmara, está há dois anos parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, à espera de um relator.

Mais de 70% dos servidores recebem até R\$ 5 mil mensais, segundo o CLP. E são eles os que estão na linha de frente do serviço público. A imensa maioria deles está nos Estados e municípios, onde são responsáveis pela prestação de serviços de saúde, educação e segurança. Juntos, eles representam um contingente de quase 7 milhões de pessoas. Outros 4 milhões ganham ainda menos, sobretudo professores temporários na educação municipal e estadual.

Se tratar todo o funcionalismo da mesma forma não é o melhor caminho para enfrentar a questão, ignorar as deficiências que marcam a gestão pública tampouco é aceitável. O Estado pode e deve entregar mais e melhor do que tem entregado à sociedade, mas cumprir esse objetivo sem recompor o quadro técnico de servidores, desmantelado após quatro anos de bolsonarismo, é virtualmente impossível. Autorizar concursos de forma desenfreada, prática de administrações petistas anteriores, tampouco é desejável.

Algumas premissas já contam com algum consenso. Uma reforma administrativa deve, necessariamente, reduzir desigualdades e rever parte dessas benesses, especialmente os altos salários pagos já no início de algumas carreiras. Nem todas as funções precisam ter estabilidade. É urgente criar mecanismos para avaliar o desempenho dos servidores e garantir flexibilidade para remanejamento entre os órgãos e ministérios.

O esforço pela melhoria da gestão do Estado deve ser contínuo, não errático.

Como disse Arthur Lira, o governo Lula precisa reconhecer essa necessidade.

Não há dúvida de que o País necessita de uma reforma administrativa, mas tratá-la unicamente sob o

viés fiscal e sem encarar as verdadeiras distorções do setor público é um erro que não precisa ser repetido.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reajuste a servidor seria "imprudente", diz governo

Jéssica Sant"Ana

O governo avaliou que a concessão de reajuste salarial linear para os **servidores públicos** em 2024 seria uma "medida imprudente", considerando o cenário fiscal restritivo, por isso o aumento não foi considerado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado ao Congresso. A avaliação consta na mensagem presidencial que acompanha o texto, e desagradou o funcionalismo, que pressiona por novo reajuste.

Na mensagem, o governo diz que o impacto de eventual reajuste geral de 1% significaria acréscimo de R\$ 3,46 bilhões à folha de pagamentos. "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente, haja vista o cenário fiscal restritivo para 2024, mesmo com o advento do regime fiscal sustentável", diz o governo.

Ainda na mensagem, o governo lembra que os **servidores públicos** já tiveram reajuste neste ano, o que gera impacto para 2024 e anos seguintes. "Recorda-se que em 2023 foram concedidos aumentos salariais em três parcelas (6% em 2023, 6% em 2024 e 6,13% em 2025) para os poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública, além do reajuste de 9% para os agentes públicos do Poder Executivo, cujo impacto total em 2024 está projetado em R\$ 15,5 bilhões para o Poder Executivo e R\$ 6,3 bilhões para os demais Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos", diz o texto.

Conforme mostrou o Valor, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, havia dito na mesa nacional de negociação permanente com os servidores que haveria cerca de R\$ 1,5 bilhão reservado no Orçamento do ano que vem para reajuste, sendo possível conceder um aumento de 1%. O percentual - que acabou não se confirmando-já tinha desagradado a categoria.

Em entrevista coletiva na semana passada, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que a elaboração do Orçamento considerou "toda uma série de restrições e desafios", como os retornos dos mínimos constitucionais de saúde e educação e o piso de investimento, que reduziram espaço para demais despesas. "Então, reputou-se um entendimento que neste momento, na largada do PLOA, não é a hora de

se discutir reajuste."

Bijos afirmou que, em maio de 2024, após o segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, havendo desempenho de arrecadação superior ao previsto na peça orçamentária, pode ser que se abra uma margem adicional para gastos de até R\$ 15 bilhões, dinheiro que poderia ser usado para contemplar demandas reprimidas. Porém, são várias os pedidos não atendidos, como reajuste do Bolsa Família.

A bancada sindical, representando trabalhadores de diferentes setores do serviço público, disse, em nota, que representantes sindicais decidiram convocar uma plenária nacional para discutir um calendário de mobilização, inclusive com possibilidade de greve. "Se preciso for, iremos construir a greve geral do funcionalismo federal", diz.

O PLOA 2024 prevê R\$ 380,2 bilhões com despesa de pessoal e encargos sociais, o equivalente a 3,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O valor nominal é 5% superior em relação ao previsto para ser gasto neste ano. Em proporção do **PIB**, houve uma ligeira queda, de 0,1 ponto percentual.

Ainda segundo os dados do PLOA, há R\$ 423,7 milhões separados para aumento da despesa com pessoal decorrente de reajustes ou reestruturações de carreiras no Executivo, mas não para reajuste linear ao funcionalismo.

Na avaliação de Ricardo Volpe, consultor de Orçamento da Câmara, para haver reajuste no PLOA, será necessário cortar outra despesa. "Lembrando que é uma despesa obrigatória e precisa ter fonte e previsão no anexo V da LOA. Constituição exige prévia dotação e autorização nesse anexo."

Representantes sindicais planejam plenária nacional para discutir calendário de mobilização

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187652?page=1§ion=1>

Sob pressão, governo pauta reforma

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Sob pressão de líderes no Congresso e do mercado financeiro para rever despesas, a equipe econômica e ministros palacianos terão hoje uma reunião para tentar amarrar os pontos principais de uma proposta de reforma administrativa.

No PT, a ideia é rejeitada.

No entanto, apesar de não estar na agenda do governo, a proposta começou a andar por pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), que viu na reforma administrativa uma chance de lançar uma pauta que responda às críticas de que o Executivo e o Congresso só têm planos para aumentar os gastos.

O Estadão apurou que Lira tem ouvido conselhos de interlocutores do mercado financeiro de que precisa encampar uma agenda propositiva do lado das despesas. Isso porque o governo propôs, até agora, um ajuste nas contas públicas com foco exclusivo no aumento de receitas.

Há uma avaliação de que o avanço da proposta poderia ajudar a virar a onda de ceticismo no mercado diante das dificuldades do governo em aumentar as receitas para zerar o déficit fiscal em 2024 - o que vai exigir um reforço no caixa de R\$ 168 bilhões em medidas arrecadatórias, segundo a própria Fazenda.

No projeto de Orçamento de 2024, o governo previu um superávit de R\$ 2,8 bilhões no próximo ano, enquanto o mercado espera um déficit nas contas públicas de pelo menos 0,71% do **PIB**.

IMPOSTOS. Na semana passada, em evento organizado pela XP Investimentos, o presidente da Câmara afirmou que dificilmente o governo conseguiria aprovar aumento de **impostos** no Congresso, mesmo ampliando sua base de apoio por meio de uma **reforma ministerial**.

"Com ou sem base, o governo dificilmente conseguirá impor aumento de imposto ao Congresso", afirmou ele. Na sequência, voltou a defender uma reforma administrativa, lembrando que já existe um texto votado em comissão especial e que poderia ser levado ao plenário da Câmara.

A ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, está à frente das costuras técnicas de uma proposta. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do

Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também estão envolvidos nas discussões e devem participar. Está prevista ainda a presença dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) A ministra tem defendido que as regras do funcionalismo precisam de ajustes, mas, na avaliação dela, não haveria a necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), nem acabar com a estabilidade do servidor público.

Uma das alternativas em discussão seria fatiar o pacote de medidas que envolvem o funcionalismo público.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Tesoura afiada

DIMITRIUS DANTAS, GERALDA DOCA, LAURIBERTO POMPEU E VICTÓRIA ABEL

A primeira proposta de Orçamento enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso esvazia o poder de fogo de ministérios controlados pelo União Brasil, MDB e PSD. Das nove pastas comandadas por esses partidos, em seis delas houve redução de recursos previstos para o ano que vem. O montante reservado para emendas parlamentares, embora tenha aumentado em relação ao ano passado, desagradou lideranças das mais variadas legendas.

O texto apresentado pelo Executivo se ancora na meta defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de o governo não gastar mais do que vai arrecadar em 2024.

A proposta chega ao Congresso no momento em que o Palácio do Planalto negocia o ingresso de PP e Republicanos no primeiro escalão, com o objetivo de garantir uma base sólida no Parlamento. Por outro lado, o fato de a tesourada mais profunda ter atingido ministérios sob a gestão do União, MDB e PSD tem potencial de gerar marolas com as bancadas dessas siglas. Juntas, eles têm 146 deputados, o equivalente a 28% da Casa.

Só o Ministério da Integração Nacional, um dos mais cobiçados pelos parlamentares pela capacidade de entregar obras em suas bases eleitorais, perdeu R\$ 6 bilhões na comparação com o que está reservado atualmente para 2023. A pasta é chefiada por Waldez Góes, por indicação do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O Ministério das Cidades, comandado por Jader Filho (MDB), ficou com R\$ 1,86 bilhão a menos, pela mesma comparação. Já a pasta de Agricultura, sob a gestão de Carlos Fávaro (PSD), perdeu R\$ 412 milhões. O ministro do Turismo, Celso Sabino (União), o último a tomar posse na Esplanada, no mês passado, viu uma redução na previsão orçamentária de R\$ 305 milhões.

Ele espera contar com recursos enviados via emendas parlamentares para recompor seu orçamento.

- A peça orçamentária prevê o desenvolvimento do país como um todo, e o Turismo está amplamente contemplado nas ações de infraestrutura e outras séries de políticas que ajudam a fomentar o turismo no país - disse ele ao GLOBO, minimizando o corte no

orçamento em seu ministério.

O maior corte proporcional, porém, se deu no Ministério dos Esportes. A pasta está no centro das negociações da **reforma ministerial** e poderá ser ocupado pelo indicado do PP, deputado André Fufuca (MA), mas numa versão turbinada, com mais atribuições. A atual titular da cadeira, a exjogadora de vôlei Ana Moser, perdeu R\$ 667 milhões, uma redução de 52,33%.

A ministra evita esticar a corda, mas lembra ser natural que o Congresso promova mudanças. A expectativa dela é que o valor destinado à pasta seja recomposto por meio de emendas parlamentares.

-Neste orçamento ainda faltam as emendas parlamentares que compõem o orçamento do Ministério dos Esportes e serão organizadas em outubro.

Na outra ponta da equação, o ministério que teve maior crescimento proposto foi o dos Transportes. Ele é controlado por Renan Filho, do MDB de Alagoas. Ao empoderar financeiramente a pasta, o governo prestigiou o principal adversário político do presidente da Câmara, Arthur Lira, cacique do PP, partido que o Planalto trabalha para atrair.

Para o economista Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da entidade Contas Abertas, a atual proposta orçamentária não é a que deve vigorar no ano que vem.

-O orçamento recém-enviado depende de receitas contidas em projetos que sequer foram aprovados. O governo tinha que cumprir a Constituição e enviou o projeto no dia 31 de agosto. O papel aceita tudo. O jogo, orçamentário e político, começará, de fato, agora. O pontapé inicial de um jogo que leva pelo menos quatro meses, isso quando o orçamento é aprovado em dezembro do mesmo ano - disse ele.

Para além do perde e ganha nos caixas da Esplanada, a proposta do Executivo gerou insatisfações no Congresso porque, na avaliação de líderes partidários ouvidos pelo GLOBO, tentar reduzir a influência de deputados e senadores na destinação do dinheiro público. Citam como exemplo o valor reservado em emendas parlamentares que, embora represente um leve aumento em relação ao ano passado, foi considerado insuficiente.

A proposta orçamentária de 2024 prevê R\$ 37,64 bilhões para as emendas parlamentares, um aumento de 3,71% - ou R\$ 1,3 bilhão. A diferença, contudo, é que até o ano passado parlamentares eram contemplados com valores do chamado orçamento secreto, instrumento por meio do qual os congressistas podiam destinar recursos do orçamento da União a suas bases eleitorais sem serem identificados e de forma desigual. Como o modelo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), caciques do Legislativo esperavam que o governo compensasse parte da perda em 2024.

-O Congresso irá se manifestar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na proposta de Lei do Orçamento.

Para mim, a grande discussão será a destinação dos recursos que eram RP9 (orçamento secreto) e agora serão RP2 (recursos dos ministérios) - afirmou o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que foi relator na Câmara do projeto do arcabouço fiscal, regra que limita os gastos do governo.

Neste ano, metade dos cerca de R\$ 20 bilhões inicialmente reservados para o orçamento secreto antes de ele ser considerado ilegal foi enviada para os caixas de ministérios, mas com a condição de que caberá aos congressistas indicar como cada pasta deve gastar o dinheiro. A outra parte turbinou as chamadas emendas de comissão, que o governo não é obrigado a pagar.

Ainda não há um valor definido nas demandas dos deputados e senadores, mas o consenso é que o orçamento que será votado no fim do ano precisará de uma ampliação das emendas além do que está previsto.

REMANEJAMENTO À VISTA Na avaliação de parte do Congresso, as discussões sobre o Orçamento deverão necessariamente passar pela criação de algum instrumento de negociação de emendas. Como mostrou O GLOBO, uma das ideias avaliadas é tornar impositiva as emendas de comissão, dando aos parlamentares o controle dos recursos.

- O governo tem sempre uma reserva contingencial, que se põe no orçamento, para depois poder fazer os devidos remanejamentos.

O governo deve ter colocado isso, já pensando nesse debate que deve ocorrer na Casa - afirmou o deputado Jonas Donizette (PSB-SP).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula encaminha reforma ministerial

Fabio Murakawa e Renan Truffi

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve finalmente anunciar "nas próximas horas" que ministérios concederá a Republicanos e PP para que integrem a base do governo. Segundo uma fonte do primeiro escalão, o partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deverá ficar com o Ministério do Esporte, cuja titular é a ex-jogadora de vôlei Ana Moser. Já o Republicanos deverá levar Portos e Aeroportos, desalojando o atual ministro Márcio França (PSB).

Os deputados André Fufuca (PP-MA) e Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) são os indicados das legendas para o ministério de Lula.

O PP indicou nas conversas com o Planalto que gostaria de turbinar a pasta do Esporte com uma Secretaria de Prêmios e Apostas, ainda a ser criada e que inicialmente ficaria lotada no Ministério da Fazenda. Com potencial de arrecadar até R\$ 12 bilhões por ano, ela tornaria mais atraente a pasta oferecida ao PP. Fontes na Fazenda confirmam que já chegaram à equipe econômica rumores de que o novo órgão poderia passar ao Ministério do Esporte.

Nessa segunda-feira, em entrevista à GloboNews, o ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, disse que um anúncio pode ocorrer nas próximas horas-mas ponderou que essas "próximas horas" poderiam não caber nos dedos das mãos. A metáfora indica o que fontes palacianas vêm dizendo: que o anúncio de Lula deve ocorrer no máximo até quarta-feira.

Ainda não estava claro o futuro tanto de Ana Moser quanto de França. Durante as negociações com os partidos do Centrão, cogitou-se nomear a ex-jogadora de vôlei para uma "Autoridade Olímpica" brasileira, ainda a ser criada.

Quanto a Márcio França, o destino tido como mais provável atualmente é o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), cuja titular é Luciana Santos (PCdoB).

Segundo interlocutores, França já indicou que aceitaria a mudança para o MCTI, apesar de o seu atual ministério ser entregue para o partido do governador de São Paulo e seu rival local, Tarcísio de Freitas, e de Santos, onde fica o maior porto brasileiro, ser seu berço político.

Outra possibilidade levantada foi a ida de França para o Ministério de Pequenas Empresas, cuja criação Lula anunciou na semana passada. Porém, agora a tendência é que a pasta não seja mais criada.

França esteve com Lula na semana passada e, de acordo com fontes, Lula adiantou ao ministro que teria que "fazer mudanças" na Esplanada. Mas, ainda segundo esses interlocutores, o presidente não tratou de nenhum caso específico.

O diálogo sobre a mexida em Portos e Aeroportos passa pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e pelo presidente do partido, Carlos Siqueira.

Já a mexida no Esporte é mais simples. Apesar do apoio da classe esportiva, Ana Moser não é apadrinhada por nenhum partido.

Segundo fontes do Planalto, no entanto, qualquer mudança ainda depende de conversas de Lula com os partidos envolvidos e os ministros cotados para saírem dos cargos, além de André Fufuca e Sílvio Costa Filho. Ainda de acordo com esses interlocutores, as conversas devem acontecer ao longo de terça e quarta-feiras.

Ministros e secretários no Planalto afirmam que as mudanças já estão encaminhadas. Mas não descartam a possibilidade de Lula mudar de planos na última hora.

A hesitação de Lula vem causando constrangimento, sobretudo na articulação política. Mas todos esperam que, desta vez, o presidente decida o que fazer.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187652?page=1§ion=1>

Parlamentares falam em "abrir discussão" sobre administrativa

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Entre os que defendem o debate imediato de uma reforma administrativa, há uma avaliação de que, assim como aconteceu no segundo trimestre, o envio dessa proposta poderia ter o mesmo papel do projeto do novo arcabouço fiscal (que substituiu o antigo modelo de teto de gastos) e da **reforma tributária** (já aprovada na Câmara, e agora em discussão no Senado) - que puxaram uma onda positiva nos mercados.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é um dos defensores da reforma.

Em evento no fim de agosto, ele afirmou que todas as iniciativas para reforçar a trilha do ajuste das contas públicas são bem-vindas. Para Campos Neto, algumas medidas, embora possam não ter efeito imediato, podem dar ao Brasil um voto de confiança do mercado na travessia para um período de maior crescimento e, conseqüentemente, de arrecadação.

O presidente do BC citou como exemplo a reforma administrativa, que vem sendo defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na semana passada, o presidente da Câmara recebeu um manifesto em apoio à reforma assinado por 25 frentes parlamentares.

O movimento foi encabeçado pela Frente do Comércio e Serviços e pela Frente do Agronegócio.

Na ocasião, Lira disse aos deputados que, embora ele defenda a reforma, é preciso engajar o governo, uma vez que, se o plano for aprovar mudanças por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), será necessário apoio para obter 308 votos favoráveis na Câmara.

Nas entrelinhas, essa fala foi interpretada como um sinal de que Lira só avançará quando houver uma proposta colocada pelo governo, apesar de já haver um texto em tramitação no Congresso, proposto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2020. "Lira está tentando fazer o convencimento, mas precisa de adesão política. O governo é contra, mas precisamos buscar o equilíbrio pelo lado das despesas também", diz o senador Efraim Filho (União Brasil- PB),

integrante da frente.

"INICIAR DEBATE". Segundo o deputado Domingos Sávio (PL-MG), que preside a Frente do Comércio e Serviços, a expectativa é de que o tema possa ser apreciado após a conclusão da **reforma tributária**. "Vamos abrir a discussão, não para aprovar a reforma administrativa agora, mas para iniciar o debate e ir ganhando força. Sem data marcada para acontecer", diz. "Nas próximas semanas, vamos manter esse assunto em pauta. O texto que está na Câmara seria um ponto de partida, não um texto conclusivo, até para provocar o governo." Uma das preocupações do governo é de que Lira resgate a proposta de reforma administrativa enviada ao Congresso no governo Bolsonaro e preparada pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes. A proposta tem como relator o deputado Arthur Maia (União-BA), crítico do PT.

Na quinta-feira, questionado sobre a reforma administrativa em coletiva sobre o Orçamento de 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que havia conversado com Lira sobre as medidas para tentar zerar o déficit público no próximo ano, e que a Fazenda e o Planejamento estavam "à disposição" do Congresso para enfrentar o debate pelo lado de gastos.

"Não temos problema com isso", disse Haddad, citando como exemplos o combate a desperdícios e a fraudes em cadastros.

"Está cheio de coisas que nos interessa discutir.

Quanto mais cedo atingirmos os resultados, mais cedo o Brasil vai crescer." Ele não respondeu, porém, sobre a reforma administrativa.

"O governo é contra (a reforma), mas precisamos buscar o equilíbrio pelo lado das despesas também" Efraim Filho Senador (União Brasil-PB)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Taxação vai atingir fundos imobiliários e do agronegócio

BIANCA LIMA BRASÍLIA

As mudanças propostas pelo governo para os investimentos dos mais ricos vão além dos fundos exclusivos e offshore (com recursos no exterior): atingem também parte dos fundos imobiliários (FIIs) e do agronegócio (Fiagro). O objetivo da equipe econômica é fechar uma brecha que possibilita hoje a pequenos grupos de investidores, às vezes da mesma família, não pagar IR sobre os dividendos distribuídos por essas aplicações.

Para isso, o governo incluiu na medida provisória que trata dos fundos exclusivos um dispositivo alterando a regra de isenção de IR para os cotistas dos FIIs e Fiagros. O texto determina que o benefício será válido apenas para fundos com, no mínimo, 500 cotistas - a regra hoje é para 50 cotistas.

As demais exigências continuam válidas: para ter isenção, os fundos devem ser negociados em Bolsa ou no mercado de balcão organizado, e o investidor não pode ter mais de 10% das cotas emitidas. Como se trata de MP, a vigência é imediata e o Congresso terá 120 dias para aprová-la. Caso contrário, perde a validade.

ARRECADAÇÃO. A mudança na tributação das aplicações financeiras dos mais ricos faz parte do esforço arrecadatório do governo federal, que precisa levantar R\$ 168 bilhões para zerar o déficit nas contas públicas em 2024. Apenas com a MP dos fundos exclusivos, que também impacta os FIIs e o Fiagro, a expectativa da equipe econômica é arrecadar R\$ 24 bilhões entre 2023 e 2026.

O governo tem sido criticado tanto no mercado financeiro quanto no Congresso por ter dado, até agora, maior peso a medidas que aumentam a arrecadação, sem investir em propostas para cortar gastos, por exemplo.

"Nada muda para os fundos de varejo, que têm milhares de cotistas. O nosso objetivo é apenas prevenir abusos", afirmou o diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, Daniel Loria. A visão é corroborada pela tributarista Elisa Henriques, sócia do Velloza Advogados: "O impacto será menos em termos de quantidade (de fundos atingidos pela mudança), e mais em questão

de volume (de recursos)".

Levantamento da Economatica, empresa de informações financeiras, aponta que 76 FIIs serão afetados pela nova regra, já que estão na faixa entre 50 e 500 cotistas. Isso representa 17% dos 439 fundos imobiliários listados atualmente na B3. Já em relação aos Fiagros, a lista é ainda menor: só três fundos serão afetados, em um universo de 34 listados na B3 - o que representa 9%. A Economatica considerou apenas os fundos com volume mínimo de negociação.

"O impacto será menos em termos de quantidade (número de fundos), e mais em questão de volume"
Elisa Henriques Sócia do Velloza Advogados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma tributária redistribui receitas e favorece igualdade (Editorial)

Apesar do barulho de alguns governadores e prefeitos contra a **reforma tributária**, estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê que a maior parte dos Estados e das cidades vai ganhar receita com a proposta de mudança de regras de cobrança dos **impostos** sobre o consumo já aprovada pela Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 agora está no Senado e, se não houver mudanças substanciais, 60% dos Estados e 82% dos municípios sairão ganhando receita.

O principal motivo para o ganho de arrecadação em 78% de todas as unidades da federação é a aplicação da cobrança do tributo sobre o consumo no destino da transação e não mais na origem, como ocorre atualmente.

O Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias (ICMS), de competência estadual, e o Imposto Sobre Serviços (ISS), municipal, fundidos em um único tributo, o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será cobrado no local de consumo. Assim, mesmo com pouca ou nenhuma atividade econômica relevante, cidades e Estados vão arrecadar mais em função do consumo de seus habitantes. Já aquelas que abrigam grandes empreendimentos, mas têm relativamente menos habitantes, tendem a perder arrecadação.

O critério populacional para a distribuição dos recursos foi fortalecido por decisão da Câmara dos Deputados, que elevou seu peso entre os fatores de repasse do dinheiro arrecadado, de 60% para 85%. Outros 10% serão distribuídos com base no desempenho da educação de cada cidade, e os 5% restantes serão divididos igualmente entre todos. Essa mudança teve um efeito redistributivo importante, explicou Sérgio Gobetti, autor do estudo ao lado de Priscila Kaiser Monteiro. É inegável também o impacto na redução da desigualdade.

Não só os pequenos municípios serão beneficiados, mas também os mais pobres. No grupo de cidades ganhadoras, 98% têm **PIB** per capita abaixo da média nacional. Em relação à proposta original da PEC 45, a população beneficiada pelas mudanças subiu de 61% para 67%.

O estudo foi feito com base nos dados do ano

passado, quando Estados e municípios arrecadaram R\$ 801 bilhões em ICMS e ISS. Com o deslocamento do ponto de cobrança do tributo, R\$ 54 bilhões passam a ser arrecadados no local de consumo, favorecendo unidades da federação que concentram 70% da população. No caso do imposto municipal, o estudo calcula que R\$36 bilhões mudarão de mãos com a substituição do ISS na origem por um IBS no destino, sendo que dois terços desses recursos provêm de 45 cidades "muito ricas" de São Paulo, grandes e pequenas, e são redistribuídos para os demais municípios paulistas e o restante do país. O Estado de São Paulo como um todo perderia R\$ 35 bilhões em arrecadação, prevê o estudo do Ipea.

Além de São Paulo, estão na lista dos Estados "perdedores" Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Roraima. Goiás, cujo governador Ronaldo Caiado é um dos maiores críticos da reforma, teria um ligeiro ganho, estimado pelo estudo em R\$ 808 milhões. Além disso, a reforma deve reduzir bastante a desigualdade dentro do Estado: a diferença de receita per capita entre a cidade mais rica do Estado (Alto Horizonte) e a mais pobre (Santo Antônio do Descoberto) chega a 127 vezes.

Com a reforma, cairá para quatro vezes. Outro exemplo de diminuição da desigualdade ocorre em São Paulo, onde a diferença de arrecadação por habitante entre Pauknia e Francisco Morato, o município mais rico e o mais pobre de São Paulo por esse critério, respectivamente, vai passar de 37,3 vezes para 6,3 vezes.

Gobetti pondera, no entanto, que a PEC prevê uma transição gradual, ao longo de 50 anos, período em que as regras irão mudando, dando tempo para a adaptação dos administradores. Paulatinamente, a distribuição da receita do IBS irá sendo alterada, com parcela crescente direcionada pelo princípio de destino e, no caso dos municípios, levando em conta a população. Em cinco anos, 90% das receitas do IBS ainda estarão sendo distribuídas pela regra antiga, e 10%, segundo a nova. No meio da transição, após 25 anos, metade das receitas ainda estará sendo distribuída de acordo com a regra atual.

Além disso, a PEC prevê a criação de um fundo, constituído com 3% das receitas de IBS, que

funcionará como seguro-receita, e será repartido entre Estados e municípios com maior redução relativa de arrecadação, cuja receita per capita não exceda a três vezes a média nacional. Ou seja, um fundo que beneficia os entes cuja fatia no bolo estiver caindo em função das mudanças, excetuando o caso de municípios desproporcionalmente ricos, que terão direito de compensação, mas só até o teto de três vezes a receita média per capita.

Há ainda o efeito do esperado crescimento econômico produzido pela **reforma tributária**. Apesar de dado como certo, esse impacto é difícil de mensurar. De toda forma vai contribuir para mitigar o impacto da perda de receita onde ocorrer. Até mesmo o Estado de São Paulo chegará ganhando quando a **reforma tributária** entrar totalmente em vigor, prevê o estudo do Ipea. Para além dos resultados econômicos, os números também ressaltam as consequências positivas da redistribuição da receita de arrecadação com benefício para a população e redução da desigualdade.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230904/>

Zona Franca de Manaus procura novas alternativas

Vinicius Konchinski

A **reforma tributária** em tramitação no Congresso reabriu o debate sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM). Políticos e líderes empresariais locais defendem manter os benefícios fiscais concedidos em 1967 para industrializar a Amazônia, mesmo que a reforma tente acabar com a guerra fiscal entre Estados e padronizar as alíquotas de **impostos**. Argumentam que a área de mais de 10 mil km² reúne cerca de 600 empresas, que faturam R\$ 174 bilhões ao ano e geram 700 mil empregos, inclusive fora do Amazonas, por conta das isenções.

Tamanho foi o sucesso dos incentivos, lembram os defensores, que eles acabaram sendo expandidos para Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Deveriam ter sido encerrados em 2023, mas foram prorrogados até 2073.

Críticos do modelo, porém, argumentam que a ZFM e suas equivalentes precisam mudar. Não necessariamente com redução dos incentivos fiscais, que custam quase R\$ 30 bilhões por ano - 8% de todos os subsídios concedidos pela União -, mas por algo que una necessidades de desenvolvimento local com o imperativo de preservação da região. "A Zona Franca tem uma produção industrial com pouca relação com a Amazônia.

São eletrônicos, automóveis e motos, coisas montadas com peças que vêm de fora e acabam redistribuídas", diz Rafael Feltran-Barbieri, economista-sênior do instituto WRI Brasil, que se dedica a investigar alternativas de desenvolvimento aliadas ao meio ambiente.

Feltran-Barbieri foi um dos coordenadores do relatório "Nova Economia da Amazônia", que indica que a indústria pode ter papel fundamental no desenvolvimento da Amazônia Legal se conectada com as necessidades regionais. "A Zona Franca poderia produzir painéis fotovoltaicos. Só na Amazônia, existem 198 sistemas de geração de energia movidos a diesel. A substituição deles geraria um ganho para o meio ambiente, geraria empregos para instaladores e demanda para Zona Franca", diz. Hoje, segundo Feltran-Barbieri, a ZFM e suas equivalentes respondem por até 12% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da Amazônia. E, apesar do

benefício tributário, têm déficit comercial anual de R\$ 114 bilhões.

Para o Instituto Escolhas, que também faz estudos sobre desenvolvimento sustentável, mudar esse cenário passa pela bioeconomia.

Um relatório do Escolhas feito em 2019 sobre a ZFM indica que, com investimentos de cerca de R\$ 10 bilhões por ano - um terço da isenção fiscal concedida para a região -, por dez anos, 218 mil empregos poderiam ser criados em novas atividades vistas como estratégicas para o desenvolvimento sustentável: piscicultura, ecoturismo e produção industrial de alimentos, bebidas, cosméticos, fármacos e têxteis.

O economista João Batista Tezza Neto também aposta nisso. Ele é consultor e fundador da Academia Amazônia Ensina (Acae), que promove viagens de estudantes e empresários pela floresta para iniciá-los em bioeconomia. Ele também fundou a Darvore, empresa de cosméticos baseados em plantas da Amazônia sediada em Manaus e com filial em Ribeirão Preto (SP), onde de fato manipula as fórmulas.

"A floresta é nossa fonte de inovação.

Mas só temos laboratórios para produzir no Sudeste", afirma.

"Produzir na Amazônia é difícil", ressalta José Adriano Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias do Acre (Fieac). Para ele, o restante do Brasil tem soluções "romantizadas", com defesa de uma transição econômica urgente e restrições a atividades que sustentam a economia local, como agricultura, pecuária e mineração.

Ele aponta ainda que a pobreza, que atinge cerca de 45% da população da Amazônia, acaba empurrando as famílias para atividades predatórias por necessidade.

Um grupo de trabalho mantido por entidades industriais da Amazônia Legal para discutir alternativas para a economia da região defende a manutenção dos benefícios fiscais, nem que seja por um período mais curto. A Câmara, por exemplo, aprovou a **reforma tributária** prevendo sua manutenção até 2033. O Senado ainda não analisou o texto. Para o presidente

da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Alex Dias Carvalho, o poder público será decisivo no direcionamento da economia amazônica. "Pode atuar em parcerias público-privadas e ser indutor via compras públicas." Os estudos do Escolhas e do WRI apontam investimentos em infraestrutura como essenciais para o desenvolvimento da região, como um novo terminal para o Aeroporto de Manaus e um parque industrial para processamento de alimentos e biofármacos, além de investimentos de R\$ 2,56 trilhões até 2050 - 1,8% do **PIB** nacional - para transformar a economia da região.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187652?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187652?page=1§ion=1)**

O debate sobre a revisão da reforma previdenciária

Wagner Balera*

A Constituição está sujeita a reformas.

Em 1988, quando a Constituição foi promulgada, o mundo já tinha iniciado a temporada das reformas previdenciárias. Então, praticamente, nossa Constituição ingressa em época na qual a concepção sobre previdência, sobre **seguridade social**, se encontrava em plena transformação.

É um contexto reformador do Estado Social, ou do Estado do Bem-Estar, cuja crise fora apontada por Pierre Rosanvallon (historiador francês, economista e cientista político).

Aliás, vamos contextualizar o tema.

A Organização Internacional do Trabalho, prudentemente editou as chamadas Normas Mínimas de **Seguridade Social**. É a Convenção nº 102, de 1952, que o Brasil adotou. A Convenção nº 102 cria um critério, uma padronização, das prestações dentro de certa razoabilidade. É o que hoje se poderia chamar de o mínimo existencial. É o que a **Previdência Social** básica deve suportar do ponto de vista financeiro.

O modelo idealizado pela Assembleia Nacional Constituinte está sendo, com as reformas, ajustado para padrões de sustentabilidade. Portanto, o que se constata, na etapa de reformas iniciada em 1998, é a progressiva restrição de direitos sociais.

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, é restritiva de direitos. Mas essa Emenda não cumpriu o seu principal escopo: a redução das assimetrias entre o regime geral e os regimes próprios.

Ocorre que há um abismo entre o regime geral e os regimes próprios, que consomem quantidade quase equivalente de recursos. A própria Emenda nº 20 criou, nas regras de transição, o prolongamento indefinido das assimetrias. E foi seguida, nesse particular, pelas reformas subsequentes. Ocorre que a Reforma se depara com dados objetivos. O primeiro é o da redução da taxa de natalidade.

Hoje a média de reposição da força de trabalho é de 1,5 de trabalhadores para garantir o sustento dos

aposentados e pensionistas. Ocorre que, com essa taxa de reposição, o Sistema não se sustenta. Não haverá força de trabalho suficiente para a manutenção da intergeracionalidade.

O sistema foi pensado com a seguinte modelagem: a geração presente deve sustentar a geração pretérita, a geração futura sustentará a geração presente. Outro dado objetivo é o do aumento da expectativa de vida. Salta de sessenta e dois anos, apurado em 1960, quando foi promulgada a Lei Orgânica da **Previdência Social**, para setenta e quatro anos nos dias de hoje. Uma sobrevida de doze anos a mais.

Quanto custarão esses doze anos a mais?

E a discussão de hoje, 2023, é a da desoneração da folha. Vale dizer, redução da arrecadação.

E o cálculo atuarial, que conta com aquela remuneração, que conta com aquela contribuição sobre a folha? Será que está sendo devidamente considerado na **Reforma Tributária** que acaba de ser encaminhada ao Senado Federal?

Insisto na proposta da Norma Mínima. O Estado garante as necessidades básicas. Quanto ao mais, cada qual deve cuidar, seja individualmente, seja em parceria com o empregador, de complementar o básico, conforme o respectivo projeto de vida.

Como proposta de reforma, entendo que se deva pensar, seriamente, nessa integração da sociedade com o Estado, para a definição do denominador comum da proteção social. Que se proponha uma consulta nacional sobre a futura reforma. Que se decida quem se dispõe a ceder, em benefício de todos. E que cada qual decida como acha justa a divisão da conta Previdenciária.

Na primeira divisão da conta, estabelecida pela Constituição de 1934, ficou definida a divisão em três partes iguais: trabalhador, empregador e União. Depois, a divisão deixou de ser igual, a partir de 1946. Em 1988, o constituinte chamou toda a comunidade a contribuir: Estado e sociedade. Mas não se falou na divisão da conta.

É minha proposta: decisão da comunidade a respeito do ajuste dos benefícios, para todos os regimes

previdenciários, e decisão a respeito do rateio das contribuições.

Pode ser que, então, a nova Reforma alcance mais ampliado consenso.

*Wagner Balera, professor titular na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre-docente e doutor em Direito Previdenciário pela mesma Universidade

Em 1988, quando a Constituição foi promulgada, o mundo já tinha iniciado a temporada das reformas previdenciárias. Então, praticamente, nossa Constituição ingressa em época na qual a concepção sobre previdência, sobre **seguridade social**, se encontrava em plena transformação.

É um contexto reformador do Estado Social, ou do Estado do Bem-Estar, cuja crise fora apontada por Pierre Rosanvallon (historiador francês, economista e cientista político).

Aliás, vamos contextualizar o tema.

A Organização Internacional do Trabalho, prudentemente editou as chamadas Normas Mínimas de **Seguridade Social**. É a Convenção nº 102, de 1952, que o Brasil adotou. A Convenção nº 102 cria um critério, uma padronização, das prestações dentro de certa razoabilidade. É o que hoje se poderia chamar de o mínimo existencial. É o que a **Previdência Social** básica deve suportar do ponto de vista financeiro.

O modelo idealizado pela Assembleia Nacional Constituinte está sendo, com as reformas, ajustado para padrões de sustentabilidade. Portanto, o que se constata, na etapa de reformas iniciada em 1998, é a progressiva restrição de direitos sociais.

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, é restritiva de direitos. Mas essa Emenda não cumpriu o seu principal escopo: a redução das assimetrias entre o regime geral e os regimes próprios.

Ocorre que há um abismo entre o regime geral e os regimes próprios, que consomem quantidade quase equivalente de recursos. A própria Emenda nº 20 criou, nas regras de transição, o prolongamento indefinido das assimetrias. E foi seguida, nesse particular, pelas reformas subsequentes. Ocorre que a Reforma se depara com dados objetivos. O primeiro é o da redução da taxa de natalidade.

Hoje a média de reposição da força de trabalho é de 1,5 de trabalhadores para garantir o sustento dos aposentados e pensionistas. Ocorre que, com essa

taxa de reposição, o Sistema não se sustenta. Não haverá força de trabalho suficiente para a manutenção da intergeracionalidade.

O sistema foi pensado com a seguinte modelagem: a geração presente deve sustentar a geração pretérita, a geração futura sustentará a geração presente. Outro dado objetivo é o do aumento da expectativa de vida. Salta de sessenta e dois anos, apurado em 1960, quando foi promulgada a Lei Orgânica da **Previdência Social**, para setenta e quatro anos nos dias de hoje. Uma sobrevida de doze anos a mais.

Quanto custarão esses doze anos a mais?

E a discussão de hoje, 2023, é a da desoneração da folha. Vale dizer, redução da arrecadação.

E o cálculo atuarial, que conta com aquela remuneração, que conta com aquela contribuição sobre a folha? Será que está sendo devidamente considerado na **Reforma Tributária** que acaba de ser encaminhada ao Senado Federal?

Insisto na proposta da Norma Mínima. O Estado garante as necessidades básicas. Quanto ao mais, cada qual deve cuidar, seja individualmente, seja em parceria com o empregador, de complementar o básico, conforme o respectivo projeto de vida.

Como proposta de reforma, entendo que se deva pensar, seriamente, nessa integração da sociedade com o Estado, para a definição do denominador comum da proteção social. Que se proponha uma consulta nacional sobre a futura reforma. Que se decida quem se dispõe a ceder, em benefício de todos. E que cada qual decida como acha justa a divisão da conta Previdenciária.

Na primeira divisão da conta, estabelecida pela Constituição de 1934, ficou definida a divisão em três partes iguais: trabalhador, empregador e União. Depois, a divisão deixou de ser igual, a partir de 1946. Em 1988, o constituinte chamou toda a comunidade a contribuir: Estado e sociedade. Mas não se falou na divisão da conta.

É minha proposta: decisão da comunidade a respeito do ajuste dos benefícios, para todos os regimes previdenciários, e decisão a respeito do rateio das contribuições.

Pode ser que, então, a nova Reforma alcance mais ampliado consenso.

*Wagner Balera, professor titular na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre-docente e doutor em Direito

Previdenciário pela mesma Universidade

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/o-debate-sobre-a-revisao-da-reforma-previdenciaria,931c4070972fbb7d5cb5092e1ad81504eq8gwidl.html>

Desigualdade e democracia (Artigo)

Joseph Stiglitz

Joseph E. Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, é professor na Universidade de Columbia e presidente adjunto da Comissão Independente para a Reforma da Tributação Corporativa Internacional. Copyright Project Syndicate, 2023. www.project-syndicate.org

Nos últimos anos, tem havido muita preocupação com o retrocesso da democracia e a ascensão do autoritarismo - e por uma boa razão. Do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán ao ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro e o ex-presidente americano Donald Trump, temos uma lista crescente de autoritários e aspirantes a autocratas que canalizam uma forma curiosa de populismo de direita. Embora prometam proteger os cidadãos comuns e preservar os valores nacionais, eles perseguem políticas que protegem os poderosos e destroem normas há muito estabelecidas - e deixam o resto de nós tentando explicar o apelo que eles exercem.

As explicações são muitas, mas uma que se destaca é o aumento da desigualdade, um problema decorrente do capitalismo neoliberal, que também pode estar ligado de muitas maneiras à corrosão da democracia. A desigualdade econômica inevitavelmente leva à desigualdade política, embora em graus variados entre os países. Em um país como os Estados Unidos, que praticamente não impõe restrições às contribuições de campanha, "uma pessoa, um voto" se transformou em "um dólar, um voto".

Essa desigualdade política está se autoalimentando, levando a políticas que consolidam ainda mais a desigualdade econômica. As políticas fiscais favorecem os ricos, o sistema educacional favorece os já privilegiados e a regulamentação antitruste inadequadamente concebida e aplicada tende a dar às corporações liberdade para acumular e explorar poder de mercado. Além disso, como a mídia é dominada por empresas privadas controladas por plutocratas como Rupert Murdoch, grande parte do discurso dominante tende a consolidar as mesmas tendências. Assim, há muito se diz aos consumidores de notícias que tributar os ricos prejudica o crescimento econômico, que os **impostos** sobre heranças são **impostos** sobre a morte e assim por diante.

Mais recentemente, aos meios de comunicação tradicional controlados pelos super-ricos juntaram-se empresas de redes sociais controladas pelos super-

ricos, exceto que estes últimos se constroem ainda menos na difusão de desinformação. Graças ao parágrafo 230 da Lei de Decência nas Comunicações de 1996, as companhias baseadas nos EUA não podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros alojados em suas plataformas - ou pela maior parte dos outros danos sociais que elas causam (principalmente às garotas adolescentes).

Nesse contexto do capitalismo sem responsabilização, deveríamos ficar surpresos por tantas pessoas verem a crescente concentração da riqueza com suspeita, ou que elas acreditam que o sistema é manipulado? O sentimento generalizado de que a democracia produziu resultados injustos, minou a confiança na democracia e levou alguns a concluir que sistemas alternativos podem produzir resultados melhores.

Esta é uma velha discussão. Setenta cinco anos atrás, muitos se perguntavam se as democracias poderiam crescer tão rapidamente quanto os regimes autoritários. Agora, muitos fazem a mesma pergunta sobre qual sistema "proporciona" maior justiça. No entanto, esse debate está ocorrendo num mundo em que os muito ricos possuem as ferramentas para moldar o pensamento nacional e global, às vezes com mentiras descaradas ("A eleição foi roubada!", "As urnas foram fraudadas!" - uma falsidade que custou à Fox News US\$ 787 milhões).

Um dos resultados tem sido o aumento da polarização, que prejudica o funcionamento da democracia - especialmente em países como os EUA, com suas eleições em que o vencedor leva tudo. Quando Trump foi eleito em 2016 com uma minoria do voto popular, a política americana, que antes favorecia a resolução de problemas por meio da conciliação, transformou-se em uma luta partidária descarada pelo poder, uma briga em que pelo menos um lado parece acreditar que não deveria haver regras.

Quando a polarização se torna tão excessiva, muitas vezes parecerá que os riscos são elevados demais para ceder em qualquer coisa. Em vez de buscar um terreno comum, aqueles no poder usarão os meios à sua disposição para consolidar suas próprias posições - como os republicanos vêm fazendo abertamente através de manipulações e medidas para suprimir o comparecimento às urnas.

As democracias funcionam melhor quando os riscos percebidos não são nem baixos demais, nem altos demais (se eles são baixos demais, as pessoas

sentirão pouca necessidade de participar do processo democrático). Há escolhas de modelo que as democracias podem fazer para melhorar as chances de atingir esse meio-termo. Os sistemas parlamentares, por exemplo, encorajam a formação de coalizões e frequentemente concedem o poder a centristas, em vez de extremistas. A votação obrigatória e por classificação também demonstrou ajudar nesse aspecto, tal como a presença de um serviço público empenhado e protegido.

Há muito os EUA se consideram um farol democrático. Embora tenha sempre havido hipocrisia - desde Ronald Reagan se aproximando de Augusto Pinochet a Joe Biden não conseguindo se distanciar da Arábia Saudita ou denunciar a intolerância anti-muçulmana do governo do primeiro-ministro indiano Narendra Modi -, a América pelo menos personificava um conjunto compartilhado de valores políticos.

Mas agora a desigualdade econômica e política tornou-se tão extrema que muitos estão rejeitando a democracia. Isso é um terreno fértil para o autoritarismo, especialmente para o tipo de populismo de direita que Trump, Bolsonaro e o resto representam. Mas esses líderes mostraram que não têm nenhuma das respostas que os eleitores descontentes estão buscando. Pelo contrário, as políticas que eles adotam quando conseguem o poder só pioram as coisas.

Em vez de procurar alternativas em outros lugares, precisamos olhar para dentro, para o nosso próprio sistema. Com as reformas certas, as democracias podem se tornar mais inclusivas, mais responsivas aos cidadãos e menos responsivas às corporações e aos indivíduos ricos que hoje controlam o dinheiro. Mas salvar a nossa política também exigirá reformas econômicas igualmente dramáticas. Só poderemos começar a melhorar o bem-estar de todos os cidadãos de forma justa - e tirar força dos populistas - quando deixarmos o capitalismo neoliberal para trás e fizermos um trabalho muito melhor na criação da prosperidade compartilhada que aclamamos.

(Tradução de Mário Zamarian)

Há um terreno fértil para o autoritarismo, especialmente para o tipo de populismo de direita que Trump e Bolsonaro representam. Esses líderes mostraram que não têm nenhuma das respostas que os eleitores descontentes estão buscando e só pioram as coisas

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230904/>

Economistas elevam previsão do PIB

Fernando Narazaki

Os economistas aumentaram em 0,25 ponto percentual a previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, segundo relatório divulgado pelo Banco Central (BC) na manhã de ontem. O boletim Focus aponta uma expectativa de 2,56% para o crescimento da economia brasileira. Na semana passada, o índice estava em 2,31%. Em compensação, houve piora na perspectiva para 2024, caindo de 1,33% para 1,32%, e ficaram estáveis as previsões para 2025 (1,90%) e 2026 (2%). O salto de 0,25 ponto percentual é o maior desde 19 de junho deste ano, quando houve uma variação de 0,30 ponto percentual para cima em relação à semana anterior.

A divulgação do relatório ocorre na semana seguinte à aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso e ao anúncio do aumento de 0,9% no **PIB** do segundo trimestre deste ano em comparação com os três meses anteriores, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a oitava alta consecutiva e o Brasil tem 3,2% de crescimento no acumulado dos quatro trimestres. O resultado foi acima do esperado pelo mercado, já que analistas de instituições financeiras e consultorias estimavam um crescimento de 0,4%, segundo a agência Bloomberg. A divulgação dos dados desencadeou na sequência revisões para cima nas projeções de economistas de bancos como JPMorgan e Goldman Sachs, enquanto outros adiantaram que devem melhorar suas estimativas de 2023.

Os analistas também apontaram um aumento na previsão da **inflação** deste ano, indo de 4,90% para 4,92%, e de 2024 (de 3,87% para 3,88%). O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25% e para 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Já as perspectivas para o dólar e a taxa básica de juros neste ano permaneceram em R\$ 4,98 e 11,75%, respectivamente. Na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o resultado do **PIB** foi uma surpresa positiva e que espera que a economia cresça

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/09/2023/p1>

Mercado projeta déficit de 0,71% do PIB em 2024 (Editorial)

Nova edição do Boletim Focus, compilação feita pelo Banco Central de projeções do mercado financeiro para diversos indicadores, mostrou leve redução da estimativa para o déficit primário das contas públicas no próximo ano.

Essa estimativa caiu de 0,75% para 0,71% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 0,80% há um mês. No caso do resultado nominal, também houve diminuição da mediana projetada por bancos e consultorias: de 6,90% para 6,80% do **PIB** - estava em 6,90% quatro semanas antes.

Ainda assim, o número continua bem longe do superávit de R\$ 2,8 bilhões incluído pela equipe econômica no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, enviado na semana passada ao Congresso. Para alcançar essa meta, o próprio governo afirma que ainda precisa arrecadar R\$ 168 bilhões a partir de medidas extras, como a taxaço dos fundos exclusivos e offshore (com recursos no exterior).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Novo PAC precisa conciliar investimento com meta fiscal

Francisco Góes, Rafael Rosas, Murillo Camarotto e Tais Hirata

A nova edição do Programa de Aceleração do Crescimento, renomeado de Novo PAC, retoma a visão do Estado como indutor do desenvolvimento, uma marca das gestões petistas no governo federal. Os investimentos com recursos do Orçamento Geral da União e via empresas estatais continuam a ser parte relevante do programa, embora esta terceira edição do PAC também traga, como uma das novidades, maior participação do setor privado. Economistas e especialistas em infraestrutura ouvidos pelo Valor manifestam preocupação com o fato de o relançamento do PAC coincidir com um momento em que há dúvidas no mercado sobre a capacidade do governo de cumprir as metas fiscais: "Se os investimentos não forem pensados em um contexto de contas públicas mais acertadas, o tiro pode acabar saindo pela culatra no aspecto macroeconômico", diz a economista Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

A maioria dos analistas acredita que será difícil zerar o déficit nas contas públicas em 2024, como previsto na proposta orçamentária enviada ao Congresso na semana passada. Assegurar o superávit primário (resultado positivo entre receitas e despesas do governo, excetuando-se o pagamento com juros da dívida) é importante para que a economia continue a melhorar, a **inflação** fique sob controle, os juros sigam caindo e o **risco-país** melhore ainda mais. Mas para que a meta fiscal seja alcançada será preciso garantir receitas extraordinárias, o que hoje não está assegurado. O novo arcabouço fiscal, aprovado pela Câmara, se alicerça no crescimento das receitas.

Se as receitas extras não aparecerem, o governo teria que contingenciar gastos ou mudar a meta fiscal, o que seria ruim para as expectativas dos agentes do mercado. Seria o popular "veja bem", expressão usada para justificar alguma mudança de rota nos planos. "Seria preciso ver o tamanho do "veja bem" que poderia se fazer, o qual pode ser razoável, compreensível, ou chutar tudo para o alto, o que é uma coisa completamente diferente", acrescenta Manoel Pires, também do FGV Ibre. Se, eventualmente, o governo tiver que fazer contingenciamentos de gastos no começo do ano que vem como forma de cumprir a meta fiscal, o PAC

poderia enfrentar dificuldades na parte que cabe ao governo.

Lançado em 11 de agosto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros, o Novo PAC prevê R\$ 1,7 trilhão em investimentos, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026, quando termina o mandato do atual governo. Os demais R\$ 300 bilhões seriam aplicados no período posterior a 2026, com nova gestão no Planalto. Do total previsto, R\$ 371 bilhões serão feitos com recursos orçamentários da União; R\$ 343 bilhões via esforço de empresas estatais; R\$ 362 bilhões mediante financiamentos e R\$ 612 bilhões são esperados como contribuição do setor privado.

A participação privada considera projetos de concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs), que não deslancharam no âmbito federal nos primeiros PACs. Silvia Matos, do FGV Ibre, diz que para o investimento privado acelerar será preciso uma redução dos juros na economia: "Se fizer gasto público em um contexto que atrapalhe a política monetária, o juro pode não cair tanto. Aí o setor privado, para entrar, vai pedir subsídio."

Na ocasião da apresentação do programa, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, coordenador do PAC, destacou responsabilidades assumidas pelo governo federal na execução de obras, incluindo as questões fiscal e ambiental. O viés de sustentabilidade ambiental é outro aspecto que permeia toda a nova edição do PAC. Também na cerimônia, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que os bancos públicos vão entrar com R\$ 440 bilhões de investimento no PAC. Só o BNDES aportaria R\$ 270 bilhões em quatro anos.

O diretor de planejamento do banco, Nelson Barbosa, diz que o PAC é uma maneira de o governo selecionar projetos e mobilizar as diferentes instâncias da administração federal para a execução desses empreendimentos. "O PAC dá um horizonte de planejamento e permite dar foco a projetos de investimentos que são prioritários para o governo", diz o ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff. Pires concorda mas acrescenta que o governo não é obrigado necessariamente a executar tudo que está listado no PAC. O risco, diz, é existir uma pressão dos ministérios para que tudo vire PAC, uma vez que

estando no programa o projeto ganha preferência para ser incluído no Orçamento da União.

Esta é a primeira de uma série de três reportagens do Valor que vai discutir o PAC. Esta avalia os efeitos macroeconômicos do programa na economia, a governança e a questão das obras paradas, tema sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A segunda parte, na semana que vem, vai tratar dos gargalos para execução dos investimentos, que incluem desafios ambientais e de construção. Já a terceira reportagem dará ênfase à participação privada e a alguns dos principais eixos setoriais da iniciativa. O PAC foi dividido em nove subeixos. Para compor esse retrato do programa, este jornal ouviu mais de 20 pessoas nas últimas semanas, incluindo economistas, especialistas em infraestrutura, representantes de associações e entidades de classe e porta-vozes do governo federal.

Barbosa diz que o BNDES vai analisar os projetos a serem financiados pela instituição de forma técnica, observando aspectos como riscos e o fluxo de caixa dos mesmos e levando em conta ainda as fontes de empréstimo disponíveis, sejam de mercado ou do governo, dependendo do tipo de empreendimento. "O fato de o projeto ter sido parado ou não no passado não é necessariamente um critério de análise do BNDES e, sim, o seu fluxo de caixa futuro."

As versões anteriores do PAC enfrentaram problemas de execução e obras inacabadas e, em alguns casos, custaram mais do que o previsto. A nova versão exigirá um sistema eficiente de monitoramento e fiscalização. De forma geral, os projetos precisam ser bem desenhados para serem implantados no custo e no prazo previstos. A obra mais cara é sempre aquela inacabada, dizem especialistas. E os empreendimentos têm que ser conduzidos com base em critérios técnicos, não políticos, para evitar erros do passado. Essa é uma realidade que faz ainda mais sentido quando se considera projetos que serão executados com recursos públicos do orçamento federal.

O economista Lívio Ribeiro, do FGV Ibre, questiona, por exemplo, se faz sentido insistir na construção de navios no país depois de todos os problemas verificados nas primeiras gestões petistas, quando a maioria das embarcações previstas não foi entregue. Muitas das que saíram dos estaleiros foram concluídas via aditivos contratuais que encareceram as encomendas para a Petrobras, o grande demandante do setor. Outro exemplo é a Refinaria do Nordeste (Rnest), que consta com obras no PAC III e que foi alvo de investigações, pela Lava-Jato, por irregularidades.

Barbosa diz que o governo espera que o Novo PAC aumente a taxa de investimento na economia para um patamar de 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2026. "No PAC I e II, a taxa de investimento passou de 20% e chegou próximo de 21%, ficou fluando nesse patamar por alguns anos." Agora, afirma, o aumento do investimento será feito respeitando a responsabilidade fiscal e o controle da **inflação**. O ex-ministro diz que, ao aumentar os investimentos, cria-se demanda de curto prazo capaz de impulsionar o crescimento da economia nos próximos anos e elevar o produto potencial mais à frente.

Segundo Barbosa, investimentos que cabem ao governo federal foram definidos em consonância com as metas fiscais: "Se trabalhou com o piso de investimento do novo arcabouço fiscal, que é de menos de 0,6% do **PIB**". Ele diz que os investimentos públicos e privados do PAC somados àqueles feitos fora do programa, fruto da própria recuperação da atividade, devem fazer com que a economia cresça mais, o que ajudaria a estabilizar e depois a reduzir a dívida pública.

Nas contas do FGV Ibre, o investimento de 0,6% do **PIB** equivale a R\$ 70 bilhões por ano. A pergunta que os economistas se fazem é se o governo teria como gastar mais. "Se quiser gastar mais com investimento a primeira coisa é saber se tem espaço ou não, dado que no atual contexto, mesmo com a volta do superávit em 2025, a dívida continua aumentando", diz Matos. Para Pires, se o governo for bem-sucedido em ampliar a arrecadação para cumprir a meta fiscal, poderia até ampliar parte dos gastos. "Se conseguir [arrecadar mais], abre espaço para incluir mais despesa, então eventualmente o piso fiscal pode ser um pouco maior."

"O exercício que o governo fará para compatibilizar o PAC no Orçamento é abrir espaço fiscal para gastar mais que o piso. O governo está conseguindo aprovar medidas de arrecadação, mas não todas. A questão é se consegue elevar a despesa [com investimentos] de R\$ 70 bilhões para R\$ 100 bilhões [ano] a partir de um aumento de arrecadação. Se conseguir fazê-lo, não me parece um esforço sobrenatural, seria viável dentro do arcabouço. Mas, se vai ser bem-sucedido, o tempo vai dizer", diz Pires.

Maurício Muniz, secretário especial de articulação e monitoramento da Casa Civil, diz que o PAC está em sintonia com o arcabouço fiscal: "O arcabouço trabalha com um piso de investimentos] de R\$ 68 bilhões ano] e trabalhamos com uma previsão de R\$ 60 bilhões por ano para o PAC. Quase todo o piso é o PAC. Fizemos um estudo dos anos anteriores e chegamos a essa relação histórica de 70% a 85% do total de investimentos no PAC. Os valores revelam um salto

em relação aos governos anteriores, mas estão dentro do arcabouço e têm responsabilidade fiscal. Então, estamos no equilíbrio, por isso vamos alavancar também o investimento privado."

Muniz defende o investimento público: "Há aqueles que identificam a necessidade de maior investimento público em infraestrutura e há os que falam de irresponsabilidade fiscal. Ambos estão errados. Precisa ter investimento público, não dá para achar, como os governos anteriores, que o setor privado vá resolver a necessidade de infraestrutura que o país tem. Diversos estudos mostram que o investimento privado costuma acompanhar o investimento público, para cima e para baixo."

Matos concorda que o pico na série de investimentos no país coincidiu com as primeiras versões do PAC. Mas observa que quando se olha para o retorno desse capital o resultado não foi bom. "Significa que o gasto público pode até, do ponto de vista microeconômico, ser negativo, uma vez que faz investimentos que saem caro pelo lado fiscal e, além disso, são ineficientes." Segundo ela, o que aumenta o potencial de crescimento de forma rápida são ganhos de produtividade do capital. Mas se os investimentos são mal feitos, a produtividade pode até ter efeito negativo - o que ocorreu no passado. "Não dá para comemorar investimento se ele não dá retorno."

"O PAC permite dar foco a projetos prioritários para o governo"

Nelson Barbosa

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187652?page=1§ion=1>

Apesar do ruído fiscal, expectativas para o déficit primário melhoram

Alex Ribeiro De São Paulo

Apesar de todo o ruído em torno da política fiscal, com efeitos negativos no dólar e nos juros futuros, as expectativas dos analistas econômicos para o resultado primário do ano que vem tiveram uma leve melhora. Agora, os especialistas preveem um resultado negativo de 0,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, ante 0,75% do **PIB** de uma semana antes.

De 17 de agosto para cá, as expectativas colhidas no boletim Focus para o déficit primário em 2024 caíram de 0,8% do **PIB** para 0,7% do **PIB**. O que não se sabe ao certo é se essa tendência de melhora vai se manter - ou se apenas não houve tempo de os analistas incorporarem nos números as más notícias recentes.

O mercado está cético sobre o cumprimento da meta de superávit primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 0% do **PIB**, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do **PIB** para cima e para baixo.

O Banco Central tem citado a desancoragem das expectativas fiscais em relação às metas como um dos principais desafios para reancorar a expectativa de **inflação** de longo prazo, que atualmente ronda em torno de 3,5%, para a meta, de 3%. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem falado em desancoragens gêmeas, no fiscal e no monetário.

A queda na projeção do déficit primário do mercado foi inesperada porque, na semana passada, houve más notícias na área fiscal.

O resultado primário de julho superou as estimativas, em virtude do aumento real dos gastos e da perda de fôlego na expansão das receitas, que deram sinais de que estão sendo afetadas pela desaceleração da atividade econômica.

Também houve ruídos políticos, com a ala mais à esquerda do governo e alguns parlamentares defendendo uma meta menos ambiciosa para o primário. O governo apresentou, finalmente, o Orçamento, e o mercado descobriu que o valor adicional que é necessário arrecadar, de R\$ 168 bilhões, para cumprir a meta supera os R\$ 130 bilhões inicialmente estimados.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que os R\$ 168 bilhões se referem à arrecadação bruta necessária, e que os R\$ 130 bilhões se referem ao mesmo valor, líquido das transferências a Estados e municípios.

Do lado positivo, na semana passada houve a divulgação de um crescimento do **PIB** no segundo trimestre de 0,9%, maior do que o esperado. Campos Neto notou que os setores da economia que mais avançaram, como a indústria, têm uma correlação maior com a arrecadação federal.

Além disso, Tebet e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, saíram vitoriosos, por ora, com a manutenção da meta de zerar a meta de superávit primário.

Pode ser apenas que não houve tempo para as más notícias afetarem as expectativas para o superávit primário. A estatística oficial do Focus, em que o déficit primário estimado caiu de 0,75% para 0,7% do **PIB**, corresponde à mediana das expectativas colhidas nos últimos 30 dias.

Já os dados colhidos nos últimos cinco dias úteis apresentam uma alta na semana, de 0,7% para 0,8%. Esses dados são mais voláteis, por isso não se sabe se essa nova tendência vai se manter.

Ele deverá ser monitorado com atenção para checar se vai haver uma nova rodada de deterioração nas expectativas.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem falado em desancoragens gêmeas, no fiscal e no monetário

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230904/>